

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
FACULDADE DE DIREITO**

**“PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO” E A MUDANÇA LEGISLATIVA: UMA  
ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE LUTA E CONCEPÇÕES POLÍTICO-  
JURÍDICAS**

**NATHALIA POMPEU BEZERRA FERREIRA**

**RIO DE JANEIRO  
2017 / 2º Semestre**

**NATHALIA POMPEU BEZERRA FERREIRA**

**“PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO” E A MUDANÇA LEGISLATIVA: UMA  
ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE LUTA E CONCEPÇÕES POLÍTICO-  
JURÍDICAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Faculdade de Direito da Universidade Federal  
do Rio de Janeiro, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em Direito, sob  
a orientação da professora Dra. Cecília  
Caballero Lois.

**RIO DE JANEIRO**  
**2017/ 2º Semestre**

## CIP - Catalogação na Publicação

P788" Pompeu Bezerra Ferreira, Nathalia  
 "Programa Escola sem Partido" e a mudança  
 legislativa: Uma análise das estratégias de luta e  
 concepções político-jurídicas. / Nathalia Pompeu  
 Bezerra Ferreira. -- Rio de Janeiro, 2017.  
 95 f.

Orientadora: Cecília Caballero Lois.  
 Coorientador: Luiz Eduardo Figueira.  
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade  
 de Direito, Bacharel em Direito, 2017.

1. Programa Escola sem Partido. 2. Descrição  
 densa em Geertz . 3. Poder em Foucault. 4. Disputa  
 argumentativa. 5. Luta política e ideológica no campo  
 da educação. I. Caballero Lois, Cecília, orient. II.  
 Figueira, Luiz Eduardo , coorient. III. Título.

**NATHALIA POMPEU BEZERRA FERREIRA**

**“PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO” E A MUDANÇA LEGISLATIVA: UMA  
ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE LUTA E CONCEPÇÕES POLÍTICO-  
JURÍDICAS**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito de graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da professora Dra. Cecília Caballero Lois.

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Profa. Cecília Caballero Lois

---

Membro da Banca

---

Membro da Banca

**RIO DE JANEIRO**  
**2017/ 2º Semestre**

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<i>Apud</i>	Apresentada por ou apresentação de
Art.	Artigo
Atual.	Atualizada por ou atualização de
Cap.	Capítulo
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CPC	Código de Processo Civil
EC	Emenda Constitucional
Ed.	Edição, editor
ESP	Escola Sem Partido
FNESM	Frente Nacional Escola sem Mordança
<i>In:</i>	Em, no, contido em
<i>Op. cit</i>	( <i>Opus citatum</i> ) obra citada acima
Org.	Organizador ou organizada por
P.	Página
PCESP	Professores Contra o Escola Sem Partido
Prof.	Professor
Rel.	Relator
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
Trad.	Tradução ou traduzida por
V.	Volume (antes de algarismos arábicos)
<i>V. g.</i>	<i>Verbi gratia</i>

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Kathia, pelo suporte absoluto em todas as minhas escolhas, pela confiança que na maioria das vezes supera até a minha própria, por todo amor e carinho, que sempre foram em abundância. Agradeço, ainda, por me apresentar um mundo além do que se é capaz de ver, por alimentar meus sonhos e concretiza-los muitas das vezes; por me mostrar um mundo mágico e válido a lutar. Em tudo que eu faço, penso e conquisto, há você.

Ao meu avô Emygdio, meu amor incondicional e exemplo de afeto e generosidade. Meu exemplo completo do que é ser humano e viver propagando sempre o bem e a alegria. Em seu universo, aonde quer que você esteja, não tenho dúvidas de que o mundo é um melhor lugar porque você esteve nele. E, que eu, sou uma pessoa melhor, por ter te conhecido. O meu amor e minha admiração por você não caberiam neste papel.

Ao meu pai, pela presença que completa, pela cultura e pelo aprimoramento intelectual, sem as quais hoje eu não estaria escrevendo da forma que o faço. Pela busca incessante ao conhecimento e ao desenvolvimento pessoal, bem como o carinho e amor, que da nossa forma, nos levam além. Ao meu avô Waldir, que da mesma forma, me impulsiona e aprimora, sempre presente.

Às minhas avós, Dagmir e Célia, por serem exemplos de mulheres fortes e, ao mesmo tempo, com toda a doçura possível. Pelas memórias incríveis.

Agradeço às minhas amigas de infância, Bruna, Thais e Julia, que me mostraram uma infância lúdica e cheia de afeto. Com vocês, o mundo foi mais colorido.

À minha irmã de consideração Hanna, que caminhou comigo nos momentos mais felizes e desafiadores da minha vida, por tantos anos, e assim continuaremos.

À Marcella, Humberto, João Marcos, Maria Eduarda, Maria Clara, Mariah e Melissa que, juntos, enfrentamos um ambiente escolar intenso, mas com a nossa leveza e amizade, tudo foi possível. À Bruna e Aline que me mostraram que podemos encontrar amizades verdadeiras a qualquer momento, em qualquer lugar.

Aos mineirinhos que entraram na minha vida e me mostraram que sou uma *mineiroca*. À Anna, agradeço e devolvo o apoio incondicional, você faz sentido à palavra “amizade”. À república “pão de queijo” que alegra nossos dias e me fez falar “uai”, um carinho sem tamanho. À Geovana, que é tão moleca quanto eu.

Ao Marcos, que me fez amar ainda mais esse Estado e traz à tona minha melhor versão. Você me inspira, me acalma e me impulsiona a ser melhor todos os dias. Tenho certeza que é o mundo é seu, e obrigado por compartilhá-lo comigo. Eu te amo.

Agradeço, por fim, ao Mestre Luiz Eduardo Figueira, que nas palavras de Eduardo Galeano, me ajudou “a olhar”. Minha admiração e agradecimento sincero a todas as oportunidades em que pudemos trocar ideias e, de maneira tão aberta e disponível, enxergar além. E, claro, à Mestre Cecília Lois, que topou a viagem conosco, e, juntos, irmos mais longe. Por serem exemplos de dedicação ao magistério, cujos ensinamentos e palavras devem propagar ao máximo nesse ambiente, nossa parceria não acaba por aqui.

A todos, um muitíssimo obrigada!

*“Bebida é água*

*Comida é pasto*

*Você tem sede de quê?*

*Você tem fome de quê?*

*A gente não quer só comida*

*A gente quer comida, diversão e arte*

*A gente não quer só comida*

*A gente quer saída para qualquer parte*

*A gente não quer só comida*

*A gente quer bebida, diversão, balé*

*A gente não quer só comida*

*A gente quer a vida como a vida quer*

*[...]*

*A gente quer inteiro e não pela metade”*

*(Comida – Titãs)*



## RESUMO

À presente monografia propus-me a estudar e refletir sobre o movimento Escola Sem Partido e a luta político-ideológica presente em seu discurso. Através de um olhar etnográfico e por meio da descrição densa proposta por Geertz, diante de um sujeito ativo na escrita e pesquisa, aprofundi-me em um campo predominantemente digital, bem como às falas daqueles que se posicionam contra e a favor do projeto, e das mudanças legislativas por ele proposta. Ademais, valendo-me de conceito de poder em Foucault, analisei as disputas discursivas em torno do movimento e as formas de resistência assim criadas. Não fora pretensão do trabalho monográfico estabelecer um conceito qualificativo do movimento, mas sim entender sua trajetória e expor os principais argumentos daqueles que, tanto o fazem tornar realidade, como os que criticam. Em um contexto atual político conturbado do país, percebe-se que não só esses agentes acabam por preferir o discurso de ódio, como ainda, acabam por negligenciar muitos pontos em comum que poderiam desenvolver as argumentações. Por fim, foi realizada a análise de como as palavras possuem significados convenientes à adesão para cada um dos lados, e a exposição de que não há definições exatas, mas sim circunstanciais aos termos mais utilizados em suas propostas. Diante da importância do debate pautado em direitos fundamentais, em cheque na realidade educacional brasileira, ressalta a presente monografia a seriedade da liberdade e do livre discurso para o crescimento do sistema como um todo, bem como a necessidade de trabalhar e discutir um movimento tão controverso.

**Palavras-chave:** Sociologia do Direito. Antropologia jurídica. Movimento Escola Sem Partido. Educação. Doutrinação. Poder do discurso. Liberdades constitucionais no ambiente escolar.

## **ABSTRACT**

This thesis proposes to study the “Escola Sem Partido” movement - which means “School with no parties” – focusing on the political-ideological struggle present in its speech. Through an ethnographic and a dense description based point of view proposed by Geertz, by an active writing, the research stands mainly from a digital field, analyzing the arguments made by the ones in favor and against the project, as well as the estimated legislative changes. Besides, by the concept of power and (re)action conceived by Foucault, it’s possible to establish analogies with the influences made by these social agents and which is the main tool used for persuasion and acceptance. This research does not attempt to conclude or qualify any statement made by the ESP movement, but only to expose the main arguments, as already said before. In a trouble political context lived by the Brazilians nowadays, it is natural to see that is preferred the hate and intolerance rather than the dialogue, which weakens the speech for both sides. At last, the present research intends to analyze the words and how they are used, once it is convenient to develop and propagate certain meanings to them. Since the importance of the current debate as well as the discussion about the constitutional and civil liberties at stake, such as freedom of conscience, of expression and speech, as well as the right to equal treatment under the law and due process, this thesis realizes the necessity of the examination and discussion over such a controversial movement.

**Keywords: Legal Sociology. Legal Anthropology. Escola Sem Partido Movement. Education. Indoctrination. Power of speech. Constitutional and civil freedoms at the school environment.**

## SUMÁRIO

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>II. A CONCEPÇÃO DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A QUESTÃO DA DOUTRINAÇÃO NAS ESCOLAS.....</b>	<b>17</b>
II.I. O movimento à luz de sua própria ideologia e embates. ....	17
II.II. A posição ativa e a (re)ação dos agentes. Como o movimento escola sem partido ganha força e permanece em pauta. ....	26
<b>III. A QUESTÃO DA DOUTRINAÇÃO NO MOVIMENTO. A SEMÂNTICA E O PODER DAS PALAVRAS NOS DISCURSOS. ....</b>	<b>31</b>
<b>IV. ESCOLA SEM PARTIDO – MOVIMENTO APARTIDÁRIO? A QUESTÃO DA NEUTRALIDADE E PARTIDARISMO EM VOGA.....</b>	<b>47</b>
IV.I. O movimento pode ser considerado neutro de qualquer ideologia ou partidarismo? .....	47
<b>V. A FAMÍLIA E A ESCOLA – EXCLUDENTES OU INCLUDENTES?.....</b>	<b>63</b>
V.I – O Papel de cada um desses agentes segundos os defensores e opositores ao Movimento .....	63
V.II – A educação como dever (de quem?!). ....	70
<b>VI - O PENSAMENTO FOUCAULTIANO À LUZ DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO.....</b>	<b>76</b>
VI.I. Discurso e linguagem para Foucault .....	76
VI. II. O poder em Foucault e o movimento ESP .....	80
VI. II. I. Ações sobre ações. Sujeitos sobre sujeitos.....	80
VI.II.II. O poder intrínseco ao objeto de luta e aos agentes dentro de uma disputa argumentativa. ....	82
VI. II. III. Analogias finais ao poder em Foucault para o movimento Escola sem Partido.....	86
<b>VII. CONCLUSÃO .....</b>	<b>88</b>
<b>VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>92</b>

## I. INTRODUÇÃO

Desde que passei a tentar compreender o meu lugar no mundo, a educação tornou-se minha principal aliada. Não só para que eu pudesse me expressar e utilizar regras pré-estabelecidas para uma comunicação mais eficaz, mas para que as perguntas fossem as certas, que me levassem a algum lugar e que me desafiassem.

Era sedutor fugir do lugar comum, ver a vida com outros olhos e mesmo diante de informações curriculares, aprender nas entrelinhas. A partir de uma das perguntas mais “básicas” e reproduzidas no ambiente escolar como “Quem descobriu o Brasil?”, no momento em que meus colegas de classe respondiam de forma até irônica: “os portugueses”, minha mente já estava a mil pensando “mas o Brasil já estava aqui há muito tempo...”.

Anos depois, essa e outras dúvidas similares não saciavam, muito pelo contrário, crescia em mim o questionamento de quem é capaz de decidir o que é ensinado nas escolas e principalmente como e porquê. Como um conteúdo tão vasto tem seu recorte político e conveniente para a sociedade e porque é tão importante disseminar um discurso como o descobrimento do Brasil, se os índios brasileiros já usufruíam e viviam no território há tanto tempo. O que esse tipo de informação nos fazia e, até hoje, nos faz pensar.

Ao mesmo tempo em que a educação pode ser o único meio de libertação, é certo que ela pode aprisionar.

O movimento Escola Sem Partido caiu perfeitamente para que tal questionamento mais uma vez crescesse em mim, e dessa vez de maneira acadêmica. Um contexto em que se discute o conteúdo e a forma de como o ensino é reproduzido nas escolas ganhou minha atenção e despertou a criança interna, sempre em dúvidas e questionadora, de forma inegável. É chegada a hora de analisar um projeto educacional de maneira empírica, no qual pela primeira vez é possível compartilhar meus anseios, pensamentos, angústias e críticas, mesmo que indiretamente, com outros agentes que discutem e contribuem para a educação no país.

O ESP tem sua primeira data de registro no ano de 2004, oportunidade em que o *site*<sup>1</sup>, local onde o movimento passou a ter voz ativa, foi veiculado. Proposto por Miguel Nagib, até então Procurador do Estado de São Paulo, o projeto surgiu como uma reação a um suposto fenômeno de instrumentalização do ensino para fins político-ideológicos e partidários, que em seu ponto de vista representam doutrinação e cerceamento da liberdade do estudante em aprender. Entende, o procurador, que muitos professores sob o pretexto de despertar a consciência crítica dos estudantes, acabam deixando o processo educativo de lado em prol da disseminação de ideais políticos e eleitorais.

Destarte, o movimento reivindica a imparcialidade e a objetividade do professor em sala de aula alegando que, caso contrário, será negado ao aluno o acesso ao conteúdo básico curricular bem como outras explicações e abordagens alternativas para os fenômenos estudados. Como uma das medidas essenciais para que isso ocorra, o movimento expressa a necessidade de cartazes com os “deveres do professor” - a serem minuciados no presente trabalho monográfico - por todas as salas de aula do país.

Tais planejamentos permaneceram inertes até 2014 quando o Deputado Estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, convidou Nagib para escrever o Projeto de Lei de número 2974 a ser apresentado na Assembleia Legislativa daquele Estado. No mesmo ano, Carlos Bolsonaro, irmão do Deputado e vereador no Rio de Janeiro, lançou o PL 864/2014 para apreciação da Câmara Municipal.

Como autor das propostas, Miguel Nagib disponibilizou no site do movimento os dois projetos, municipal e estadual, os quais serviram de inspiração para a disseminação de ações do mesmo tipo em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas em mais Estados brasileiros, tais como Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Alagoas, Ceará, Amazonas, Distrito Federal e Paraíba<sup>2</sup>. Já em âmbito federal, o PL 867/2015, e pelo menos outros seis similares, tramitam na Câmara com ideais inspirados no movimento. Importante ressaltar, que muitas vezes não são somente utilizados pelos deputados o termo “Escola Sem Partido”, mas também termos como “Escola livre” ou “Escola sem doutrinação Político Ideológica”.

---

<sup>1</sup> [www.escolasempartido.org](http://www.escolasempartido.org)

<sup>2</sup> <https://pesquisandooesp.wordpress.com/> (Pesquisa de julho/2017). Acesso em 01/08/2017.

Já no início de 2015, a cidade de Santa Cruz do Monte Castelo, no Estado do Paraná, tornou-se o único município do país a adotar a legislação, influenciando Campo Grande, no Mato Grosso do Sul e Picuí, na Paraíba, a fazerem o mesmo. No entanto, sem sucesso, após serem prontamente vetados diante de protestos docentes e estudantis. No Estado de Alagoas a lei chegou a ser aprovada, mas acabou contestada pela Advocacia Geral da União por considerar que o Estado estaria legislando em área de competência federal, especificamente no que tange ao Artigo 206 da Constituição, citado diversas vezes no presente trabalho monográfico, responsável por assegurar a pluralidade de ideias nos ambientes de ensino do país<sup>3</sup>.

Ao todo, 62 Projetos de Lei relacionados ao movimento Escola sem Partido tramitaram ou tramitam no Congresso Nacional e nas casas legislativas de pelo menos 12 estados e 23 cidades do Brasil. Tais PLs tratam de temas como a discussão de gênero nas escolas, materiais didáticos, planos da educação e, claro, o combate à “doutrinação”.

Assim, apesar de Miguel Nagib se definir como único criador e coordenador do programa, é notório que muitos agentes sociais são os defensores e responsáveis pela propagação do mesmo. Da mesma forma, se torna evidente a presença daqueles que, em contato com o movimento, se estabelecem contra seus objetivos e ideologia.

Em um verdadeiro embate de ideias, educadores e profissionais do meio jurídico, principalmente, protagonizam um processo de luta que perdura desde que o programa passou a ganhar maior notoriedade. A partir dos crescentes Projetos de Lei, como já demonstrado, o debate passou a ganhar ainda mais espaço nas manchetes virtuais e notórios veículos de comunicação.

Por consequência, redes sociais e endereços eletrônicos constituíram os palcos principais para a argumentação e divulgação das opiniões acerca do movimento. Em um contexto moderno e conectado, diversas palestras e debates foram transmitidos via plataformas dos sites *facebook*<sup>4</sup> e *youtube*<sup>5</sup>, bem como em endereços eletrônicos de grandes publicações

---

<sup>3</sup> Em março de 2017, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, concedeu liminar que determinava a suspensão integral da lei, por assim considera-la inconstitucional

<sup>4</sup> Facebook ([www.facebook.com](http://www.facebook.com)) é uma rede social de grande influência, aonde é permitido publicar textos e vídeos, bem como criar perfis e páginas destinadas a determinados assuntos.

<sup>5</sup> [www.youtube.com](http://www.youtube.com) Plataforma digital de vídeo.

outrora físicas, além de inúmeras entrevistas publicadas na esfera digital.

Controverso, o movimento foi tido por muitos profissionais da educação como o retorno da censura e renomeado de “Lei da Mordança”<sup>6</sup>. Durval Ângelo, nesse sentido, expressa: “um Projeto de Lei intitulado ‘Escola Sem Partido’, prefiro chamar de ‘Lei da Mordança’, uma vez que tenta usurpar o pensamento crítico do ambiente escolar e dos professores”, seguido por Marcos Aurélio Ruy que assim o define por visar a “robotização da juventude, retirando do currículo matérias essenciais para o desenvolvimento do pensamento”. Em resposta, o movimento defende que apenas reafirma princípios constitucionais e que os professores “abusam da presença obrigatória dos alunos em sala de aula para promover suas próprias preferências políticas, ideológicas e partidárias”<sup>7</sup>, como descrito anteriormente.

Dessa forma, a grande polêmica em torno desses projetos gira em torno da suposta perseguição e censura que se empreenderia junto ao trabalho docente, abrindo espaço inclusive para a perseguição política. Na visão dos críticos ao projeto, a partir do momento em que se impõem limites ao trabalho do professor, este automaticamente deixa de ser um mediador da aprendizagem e passa a ser um mero transmissor de conteúdos disciplinares. Para os defensores, no entanto, a imparcialidade e neutralidade em sala de aula são fundamentais para a formação do aluno, partindo do princípio de que a ideologia é capaz de atrapalhar a compreensão da realidade. Resumem, ainda, como dever do professor ensinar as coisas como realmente são, independentemente de suas convicções pessoais.

Insta realçar que mesmo diante de tanta discordância, há pontos em comum defendidos pelos principais porta-vozes do movimento e em suas concepções ideológicas. No entanto, ao considerar a conjuntura política atual (e conturbada) no país, acaba por predominar o discurso de ódio, o qual obtém alcance e aceitação muito maiores de seus seguidores. Assim, vê-se que é promovida uma distância gradual entre aqueles que se estabelecem contra e a favor do movimento, ao contrário de um diálogo propriamente dito, idealizado em um cenário de desenvolvimento e crescimento social.

---

<sup>6</sup><https://www.brasil247.com/pt/colunistas/durvalangelo/247057/Escola-Sem-Partido-a-lei-da-mordanca-C3%A7a.htm>. Acesso: 01/08/2017.

<sup>7</sup> <http://www.escolasempartido.org/midia-categoria/627-entrevista-do-coordenador-do-esp-a-revista-epoca-02-08-2016>. Acesso em 01/08/2017.

A partir da perspectiva antropológica proposta por Clifford Geertz<sup>8</sup>, elaboro uma descrição densa frente aos argumentos utilizados pelos protagonistas do movimento - quer defendendo ou acusando o programa ESP - e seus respectivos projetos de lei. Pretende, portanto, o trabalho monográfico analisar de forma empírica - principalmente nas plataformas digitais onde as vozes são normalmente desprovidas de resistência externa ou governamental - de como os discursos são utilizados para que suas metas sejam alcançadas. Ademais, almejo compreender quais seriam, na concepção dos mesmos, os principais impactos do movimento na Educação Brasileira, realidade esta sempre em movimento e imersa em contextos sócio-políticos marcantes.

Isto posto, o método tomado como base à monografia consiste em analisar as entrevistas, endereços eletrônicos e artigos como verdadeiros objetos de estudo e campo digital, onde suspendendo-me ao máximo de pré concepções ou definições pessoais enraizadas, o objetivo do trabalho é de dissecar as falas protagonistas do movimento. Diante de uma lente etnográfica, a proposta baseia-se em uma verdadeira imersão nos argumentos e situação social desencadeada pelo Escola Sem Partido, a qual me permiti analisar as *teias de significado*<sup>9</sup> das falas exercidas no meio digital e publicado.

Vale frisar que Geertz entende como um dos principais objetivos da antropologia o alargamento do universo do discurso humano, intrínseco na cultura que representa e delineia o contexto em que se insere. A descrição densa provém justamente da descrição dos comportamentos, acontecimentos sociais, instituições e processos que ali se apresentam dentro da concepção do “nativo”, do outro, ou nesse caso, daquele que detém o poder de fala. Sendo assim, a finalidade no presente trabalho é de anotar e analisar o discurso<sup>10</sup> visando compreender a percepção daqueles que o tornam realidade.

Não obstante, deseja o trabalho monográfico se utilizar das ideias defendidas por Foucault para analisar as relações de poder que são estabelecidas na esfera educacional e fática dos agentes, vez que, para o filósofo, o poder nada mais seria do que sujeitos atuando sobre

---

<sup>8</sup>GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: Descrição Densa. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

<sup>9</sup> Para Geertz, o antropólogo ou estudioso deve interpretar os fenômenos da teia de significados tentando aprender o que eles significam, de fato, para a comunidade em questão. Compreender no olhar do outro.

<sup>10</sup> GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: Descrição densa. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 24



outros sujeitos<sup>11</sup>, situação inegável do movimento, onde há um jogo constante de ação e reação daqueles que o defendem e criticam.

O embate de ideias apontado pela presente monografia nada mais é do que ações sobre outras ações; reações desencadeadas a partir de um comportamento primeiro. Neste contexto, têm-se sujeitos livres – outra condição destacada pelo filósofo para que se exerça o poder, vez que sem a liberdade só há passividade – que, através de suas convicções, desejam impor a visão de mundo (e do movimento) que melhor lhes convém e que acreditam ser merecedora de prosperar.

Dessa forma, o Movimento Escola Sem Partido ascende de um embate educacional e jurídico para uma visão filosófica de descrição da realidade através das falas utilizadas e argumentos desencadeados, capazes de propulsionar uma verdadeira luta político-ideológica pelo poder.

## **II. A CONCEPÇÃO DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A QUESTÃO DA DOUTRINAÇÃO NAS ESCOLAS.**

### **II.I. O movimento à luz de sua própria ideologia e embates.**

Ao analisar o *site* do movimento Escola Sem Partido, ainda que em um primeiro momento, é possível compreender as principais ideias a serem transmitidas pelas expressões visuais e textuais presentes na página. Diante de um slogan em destaque “educação sem doutrinação” e chamadas difundidas como “Por uma lei contra o abuso da liberdade” e “Cartaz com os deveres do professor”, logo na quina inferior esquerda há a foto de um indivíduo com um acessório similar aos antolhos, utilizados para limitar a visão dos animais e obrigá-los a olhar somente para uma direção.

A associação é clara; Estaríamos, segundo os defensores do programa, diante de uma realidade em que é propagada apenas uma ideologia e de forma arbitrária. Por representarem

---

<sup>11</sup> Maria Nunes Ferreirinha, Isabella e Regina Raitz, Tânia. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. RAP. RIO DE JANEIRO. MAR/ABR 2010.

uma audiência cativa<sup>12</sup>, os alunos absorveriam diretamente os interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas de seus professores.

Verbos imperativos como “denuncie!” e “não deixe que seu professor faça isso com você” representam outro ponto importante para o movimento, o da denúncia. A partir de ações que não estejam em concordância aos *Deveres do Professor*, os quais devem estar fixados por meio de cartazes nas salas de aula de todo o país, é promovida a delação. Em espaço reservado apenas para essa questão, intitulada no site como “Planeje sua denúncia”, está aconselhado pelo movimento:

Na dúvida, não se precipitem. Planejem a sua denúncia. Anotem os episódios, os conteúdos e as falas mais representativas da militância política e ideológica do seu professor. Anotem tudo o que possa ser considerado um abuso da liberdade de ensinar em detrimento da sua liberdade de aprender. Registrem o nome do professor, o dia, a hora e o contexto. Sejam objetivos e equilibrados. Acima de tudo, verazes. E esperem até que esse professor já não tenha poder sobre vocês. Esperem, se necessário, até sair da escola ou da faculdade. Não há pressa.

Quando estiverem seguros de que ninguém poderá lhes causar nenhum dano, DENUNCIEM a covardia de que foram vítimas quando não podiam reagir.

Façam isso pelo bem dos estudantes que estão passando ou ainda vão passar pelo que vocês já passaram. É um serviço de utilidade pública<sup>13</sup>.

Mister apresentar, outrossim, os Deveres do Professor a serem minuciados:

- 1) O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
- 2) O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
- 3) O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas. Ao tratar de questões

---

<sup>12</sup> Como previsto no Anteprojeto de Lei realizado pelo movimento, em seu artigo 3º, I. <http://escolasempartido.org/component/content/article/2-uncategorised/484-anteprojeto-de-lei-estadual-e-minuta-de-justificativa%3E> Acesso: 01/08/2017

<sup>13</sup> <http://escolasempartido.org/planeje-sua-denuncia>. Acesso em 01/08/2017.

políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade – as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

4) O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

5) O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro de sala de aula.

Percebe-se que, para o ESP, a denúncia seria de utilidade pública diante de atitudes, ou melhor, deveres, que devem ser seguidos pelo docente em sala de aula e jamais descumpridos. Diante do rol supracitado, foi possível retirar expressões essenciais para o entendimento dos principais objetivos do programa.

Logo no primeiro item, a presença do termo “audiência cativa” nos remete a ideia de que os alunos seriam “páginas em branco”, materiais de pura absorção daquilo que lhes é passado. Nesse sentido, Maria Virginia de Freitas relata que no raciocínio do movimento, não seria reconhecida nos jovens qualquer capacidade de autonomia e que seu papel ativo na defesa de seus direitos pautar-se-ia tão somente na denúncia aos professores<sup>14</sup>. Nagib, no entanto, afirma que seria inegável a condição passiva dos jovens nas escolas.

No item seguinte, está descrito o ato de favorecer ou prejudicar o aluno em razão de concepções pessoais, ou seja, atitudes que podem ser tomadas a partir de um contexto fático específico. Relata o movimento que a partir de convicções morais ou ideológicas que não estiverem em consonância com o que o docente defende, poderia o mesmo prejudicar ou aliar-se ao estudante, numa espécie de conluio ou repressão.

Já no terceiro tópico, é alegado pelo ESP que o professor deve apresentar aos seus alunos todas as versões de pontos controversos como, por exemplo, questões políticas e sócio-culturais

---

<sup>14</sup> Virginia de Freitas, Maria. Jovens, Escola Democrática e Proposta do “Escola Sem Partido”. Pág. 106. Ação Educativa. 2016.

apresentadas no ambiente escolar, igualando a profundidade e seriedade em todas elas, para que nenhuma tenha o risco de ser menosprezada.

Neste último *dever* mencionado, o movimento se abstém de apontar essa ou aquela ideologia. Ao não utilizar definições clássicas políticas como “esquerda” ou “direita”, se afasta – pelo menos em um primeiro momento, diante dos *deveres do professor* – de uma predileção ou algo que possa retirar sua neutralidade e apartidarismo, as quais tanto defendem.

No entanto, percebe-se certo antagonismo do programa, a partir do momento em que diversas vezes em seus endereços eletrônicos, entrevistas e artigos publicados, Nagib e os demais defensores costumam afirmar categoricamente que a “esquerda” se sente ameaçada, ou então seria este lado político o que mais sofreria com as propostas. No nicho “Apresentação”, após um breve resumo do movimento, ao final do texto está exposto: “É por isso que toda esquerda está contra a proposta? BINGO!<sup>15</sup>”.

Indagados sobre esta questão, responde o movimento:

100% sem partido. O que não significa que ele não contrarie interesses partidários. Naturalmente, os partidos e organizações que aparelharam ilegalmente o sistema de ensino serão prejudicados se a lei for aprovada<sup>16</sup>.

Muito relevante para a análise, ainda, é a questão levantada logo em seguida, no item 4. Discutida de forma incessante no presente trabalho monográfico, está a proposta de que o ensino dos jovens esteja em acordo total às convicções de seus pais e responsáveis.

Defende o movimento que o conteúdo daquilo que é ensinado nas salas de aula deve estar em consonância a entendimentos provenientes de um ambiente familiar, onde se constrói uma educação tão ou mais importante, que não poderia destoar daquela adquirida nas escolas.

Por fim, o dever do docente não só consiste em cumprir tais atitudes, como também prevenir e impedir que terceiros não a reproduzam. Estaria o professor, ao mesmo tempo, em uma posição passiva de críticas e denúncias, mas também ativa e fiscal dos demais. O ambiente da sala de aula estaria, portanto, em constante vigilância, para que de acordo com os deveres e

---

<sup>15</sup> <http://www.escolasempartido.org/images/flder.pdf>. Acesso em 02/08/2017

<sup>16</sup> <http://www.escolasempartido.org/images/flder.pdf>. Acesso em 02/08/2017.

atitudes assinaladas, seja possível – pelo o que expõe o movimento - alcançar a neutralidade e pluralidade tão almejadas.

Na página inicial de seu endereço eletrônico, diante de um documento digital com perguntas e respostas frequentes, é relatado pelo movimento que tais deveres já existem e estão previstos na Constituição Federal e Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Isso significaria que os professores já seriam obrigados a respeitá-los, e que o movimento realiza, através da fixação desses cartazes, nada mais do que reforçar a importância e a necessidade desses direitos de serem seguidos.

Não traria o movimento nenhum conceito novo - o que *per si* já podemos reconhecer como uma resposta à censura ou críticas mais comuns ao programa - mas sim uma ratificação de direitos pré-existentes. Para isso, diretamente relacionados ao princípio da liberdade de consciência e crença e o da liberdade de aprender, bem com ao princípio da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado, pluralismo de ideias e o direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, estariam os artigos 1º, 5º e 206º da Constituição Federal, além do artigo 12º, inciso IV da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos para fundamentar suas ideias.

Ainda no mesmo documento, após a seguinte pergunta: “O programa impede o professor de falar de política?” A resposta é rápida e certa, incluindo o advérbio “obviamente” para que não enseje dúvidas ao internauta:

Obviamente, não. Seria impossível ensinar História ou Geografia, por exemplo, sem falar de política. Ao falar de política, porém, o professor deve ter o cuidado de apresentar aos alunos o “outro lado” da moeda, sem omitir, exagerar ou distorcer informações, com o objetivo de obter a adesão dos alunos a determinada corrente ideológica, política ou partidária, como prevê o item 4 do Cartaz com os Deveres do Professor<sup>17</sup>.

Aliás, o advérbio “obviamente” é muito utilizado no documento citado. Representando a metade das respostas, aparece o vocábulo em 5 dos 10 espaços reservados. Pretende aqui, o movimento, não deixar nenhuma lacuna para que o internauta possa pensar diferente ou então, em acordo com as críticas mais recebidas pelo programa. As perguntas em que pude observar

---

<sup>17</sup> <http://www.escolasempartido.org/images/flder.pdf>. Acesso em 03/08/2017.

tal resposta compreendem em “A lei não criaria uma espécie de censura para o professor?”, “O Programa impede o professor de falar de política?”, “O Programa impede o professor de dar sua opinião sobre questões controvertidas?”, “O Programa impede o professor de ensinar a teoria da evolução?” e, por fim, “A lei não representaria uma intervenção estatal na educação?”, todos pontos muito controversos ao longo da trajetória do movimento.

Já em uma fase inicial do trabalho, podemos perceber que é utilizado por esses atores o direito positivo como instrumento e objeto principal de luta, os quais justificam e embasam seus discursos. No capítulo destinado a Foucault, analisaremos de forma mais aprofundada essa relação, no entanto, decerto que as normas e as linguagens já nos aparecem como protagonistas e, assim, torna-se necessário reforçarmos a importância da visão defendida por Geertz para a compreensão desse e dos demais discursos apresentados. Na mesma linha de Max Weber, expõe o antropólogo que o “homem é animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”<sup>18</sup>.

Ao observar o endereço eletrônico do movimento, seus principais textos e os deveres referenciados, o objetivo do trabalho está intimamente ligado à busca dos significados adquiridos ao longo das mais diversas expressões daqueles que fazem o ESP e seu contramovimento tornarem-se realidade.

O mesmo acontece com os depoimentos que serão analisados a seguir. Clifford Geertz nos esclarece que se o intuito é de compreender a ciência, na verdade, não se deve olhar às fórmulas, teorias ou descobertas, mas sim “ver o que os praticantes da ciência fazem”<sup>19</sup>. A etnografia, então, resulta em estabelecer relações, transcrever textos, mensagens, mapear campos, expor o que está sendo escrito, dito e passado diante da posição dos “nativos”, que aqui são representados por aqueles em contato direto com o movimento Escola sem Partido.

Assim, passaremos a descrever as manifestações desses agentes e tentar *compreender* a partir de suas *compreensões*, delineando de maneira densa um projeto tão controverso.

---

<sup>18</sup> GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 13ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1926. p.3.

<sup>19</sup> GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 13ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1926. p.4.

Denise Eloy e Juliane Cintra, jornalista e coordenadora de Comunicação da Ação Educativa, respectivamente, expressam que a ausência de conexão com a realidade e a impossibilidade da implementação das propostas do Escola Sem Partido ficariam nítidas ao simplesmente escutar os alunos. A partir do momento em que, ao tratar do abuso da liberdade de ensinar, o programa oferece instrumentos de denúncia aos familiares que identificarem em qualquer disciplina obrigatória conteúdos que possam estar em conflito com suas convicções morais e religiosas, para as estudosas essa determinação seria no mínimo descabida. Para a grande parte dos jovens entrevistados pelas ativistas, debates como gênero e sexualidade ainda estariam em construção, além de serem pontuais como rupturas e quebras de paradigmas de seus familiares<sup>20</sup>.

Em seu artigo, um dos alunos chega a relatar que seu pai clamava apenas não admitir três atitudes: ser homossexual, cometer qualquer delito ou consumir drogas. Diante dessa fala, indaga o jovem em qual outra oportunidade teria de discutir sobre esses assuntos, se não em sala de aula.

Já para o movimento, ainda em seu endereço eletrônico, essa ideia é rebatida a partir do momento que estaria acertado pela Constituição que ao lado da liberdade de ensinar está a liberdade de aprender, ambas asseguradas pelo art. 206 da Constituição Federal, inciso II<sup>21</sup>.

Segue o dispositivo:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

Percebe-se, na interpretação realizada pelos defensores do programa, que a liberdade de ensinar dos professores estaria em concomitância à liberdade de aprender dos alunos. Dessa forma, o movimento utiliza-se do dispositivo constitucional para assegurar que a doutrinação político-ideológica em sala de aula ultrapassaria o direito constitucional do docente de ensinar o seu conteúdo, bem como supre a liberdade de aprendizado dos jovens.

---

<sup>20</sup> Eloy, Denise e Cintra, Juliana. O ESP sob o olhar da juventude. Pág. 111. Ação Educativa. 2016.

<sup>21</sup> <http://escolasempartido.org/deveres-do-professor>. Acesso em 01.08.2017

Por essa razão, é solicitado que não só se tenha conhecimento das atitudes almeçadas pelo movimento, mas da obrigatoriedade de cartazes com os “Deveres do Professor”, já detalhados, espalhados pelas escolas de todo o país. Relatam os defensores do projeto, que com a clara visibilidade desses cartazes, o que se pretende não é só o conhecimento dos direitos e deveres daqueles que se encontram em um sala de aula, mas o de diminuir a “hostilidade” àqueles que denunciam, uma vez que o ato de delação pode consistir em perigo para os alunos e responsáveis<sup>22</sup>.

No nicho “Planeje sua Denúncia”, localizado à esquerda da pagina principal do movimento, está anexado o depoimento do aluno Felipe Svaluto Paul, o qual alega ter sido perseguido pelo professor e hostilizado pelos colegas quando autor da primeira denúncia enviada. Já o coordenador do ESP Miguel Nagib, em todas as oportunidades, afirma categoricamente que foi e continua sendo perseguido por suas convicções e delações.

No entanto, em artigo publicado à Conjur<sup>23</sup>, afirma o advogado a evidência que, enquanto cidadão, o professor não pode ser privado da sua liberdade de expressão, mas a grande questão consiste se o mesmo a desfruta no exercício de suas funções, ou seja, dentro da sala de aula<sup>24</sup>. Segue sua fala de forma integral:

O direito à livre manifestação do pensamento está previsto no artigo 5º, IV, da Constituição Federal; e ele consiste, basicamente, na liberdade que tem o indivíduo de dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto. É a liberdade que se exerce no *Facebook*, por exemplo. Bem, não é preciso ser um grande jurista para perceber que, se o professor desfrutasse dessa liberdade em sala de aula — isto é, no exercício do seu cargo ou função —, ele não poderia ser obrigado a transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina. O professor de química poderia usar suas aulas — isto é, o tempo todo de suas aulas — para falar de futebol, cinema, literatura, ou simplesmente ficar em silêncio, já que a liberdade de expressão compreende o direito de não se expressar. A simples existência dessa obrigação de transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina — sem a qual não existiria aquilo que conhecemos como “ensino” — já demonstra que o professor não desfruta e não pode desfrutar de liberdade de expressão em sala de aula.

Mas há mais. Em sala de aula, o professor se dirige a uma audiência cativa. A presença dos alunos em sala de aula é obrigatória por força de lei. Os alunos são obrigados a escutar o discurso do professor — e a escutar com atenção, pois poderão ser cobrados a respeito. Por isso, reconhecer ao professor o direito à liberdade de expressão dentro da sala de aula equivale a reconhecer-lhe o direito de obrigar seus alunos a ouvi-lo falar e opinar sobre qualquer assunto. De novo, não é preciso ser um luminar do

---

<sup>22</sup> <http://escolasempartido.org/planeje-sua-denuncia>. Acesso em 01/08/2017

<sup>23</sup> Veículo independente digital de consultoria jurídica. <https://www.conjur.com.br/>. Acesso em 01/08/2017

<sup>24</sup> <http://www.conjur.com.br/2016-jun-24/miguel-nagib-liberdade-ensinar-nao-confunde-expressao>. Acesso em 01/08/2017



Direito para concluir que, se isso fosse possível, a liberdade de consciência e de crença dos alunos seria letra morta. Nada poderia impedir um professor católico ou evangélico de usar suas aulas para catequizar os alunos ou um professor marxista de tentar convencê-los de que a religião é o ópio do povo.

Bem por isso, o que a Constituição garante ao professor — e não haveria nenhum motivo para fazê-lo, se o direito à livre manifestação do pensamento pudesse ser invocado na sala de aula — é a liberdade de ensinar.

Como se vê, os estudiosos do Direito Constitucional que acusam [...] impor a censura aos professores não apenas confundem deploravelmente liberdade de ensinar com liberdade de expressão, como supõem que a liberdade de ensinar confere ao professor o direito de se aproveitar da presença obrigatória dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções e preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias; o direito de fazer propaganda político-partidária em sala de aula; o direito de omitir dos alunos o outro lado de questões controvertidas que lhes sejam ensinadas; e o direito de dizer aos filhos dos outros o que é a verdade em matéria de religião e de moral.

O que Nagib afirma, portanto, é que a liberdade de expressão e a liberdade de ensinar seriam institutos distintos e que justamente assim o são por estarem com posições diferentes no texto Constitucional. Mais uma vez, valendo-se do direito positivo, o movimento expressa mediante a fala de seu coordenador, que a partir do momento em que a norma diferencia e cria duas expressões distintas, estas devem ser tratadas como tal. O professor como cidadão teria sua liberdade de expressão assegurada, mas enquanto no exercício de sua função, dentro da sala de aula, o direito constitucional assegurado a esse profissional seria apenas o da liberdade de ensinar.

Tal fato, segundo o programa, seria corroborado pela cartilha e assuntos pré-determinados a serem ensinados (professor de química ensina assuntos relacionados a esta matéria, professoras de história, a esta e assim por diante), situação em que sua liberdade de expressão já estaria contida, não podendo ser confundida à liberdade de ensinar. Dessa forma, segundo o movimento, dentro da sala de aula e já comprimido em sua matéria, o docente não pode escolher quais assuntos abordar — ou simplesmente escolher o silêncio ou omissão de outros — principalmente aqueles que podem ser considerados pela sociedade, ou sobretudo pelos responsáveis dos alunos, como polêmicos ou inadequados.

Isto posto, vemos não só a questão de conflito de liberdades, recorrente na argumentação tanto dos defensores quanto para a oposição do movimento, mas que para Nagib, por mais que exista o livre-arbítrio do professor e — dentro de suas convicções — o direito do docente seja respeitado, a liberdade do aluno e de seus responsáveis chega a transpor a primeira. Para o

advogado, o professor não tem liberdade de expressão dentro da sala de aula, mas sim de cátedra<sup>25</sup>.

Ademais, para que torne ainda mais efetiva a necessidade desse tipo de liberdade e não a de expressão ao docente, o movimento ressalta a concepção da audiência cativa dos alunos no ambiente escolar. Partindo-se do pressuposto de uma posição hierárquica desfavorável, os alunos sofreriam influência direta, obrigatória e efetiva daqueles que detém a voz e posição vantajosa em sala de aula.

Nas palavras de Foucault em “O sujeito e o Poder”, o ambiente escolar, a própria organização espacial, o regulamento meticuloso que rege sua vida interior, as diferentes atividades organizadas e os personagens que ali vivem, cada um com sua função e lugar, constituiria em um “bloco” de capacidade-comunicação-poder. Para Nagib, vemos que a comunicação seria especialmente unilateral, em que por mais que todos tenham seu papel naquele ambiente, a audiência cativa dos jovens e posição passiva dos mesmos podem facilmente gerar a doutrinação e dominação de ideias. E por isso, a necessidade de (re)agir.

## **II.II. A posição ativa e a (re)ação dos agentes. Como o movimento escola sem partido ganha força e permanece em pauta.**

Diante do exposto no capítulo anterior e na importância da denúncia em conflito às liberdades e direitos constitucionais de professores e alunos, vale dizer que a postura ativa sugerida pelo movimento não se encerra apenas na delação. É principalmente através dos Projetos de Lei - de níveis municipais a federais – que ele ganha força e pode se estabelecer de forma oficial nos territórios brasileiros, tornando-se o modelo a ser seguido nos ambientes escolares.

Miguel Nagib e seus colaboradores disponibilizam no site, assim que é feito seu acesso, o anteprojeto<sup>26</sup> de lei a ser utilizado como texto base em projetos estaduais e municipais, para

---

<sup>25</sup> <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/professor-nao-tem-liberdade-de-expressao-e-sim-de-catedra-diz-autor-de-projeto/>. Acesso em 04/08/2017.

<sup>26</sup> Logo após entrar no Endereço Eletrônico do movimento ([www.escolasempartido.org.br](http://www.escolasempartido.org.br)), abre-se uma janela escrito “Aviso importante” e as seguintes palavras: ESTA É A PÁGINA DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO. PARA VISITAR A PÁGINA DO ANTEPROJETO DE LEI CONTRA A DOUTRINAÇÃO NAS ESCOLAS, “CLIQUE AQUI”. Os vocábulos clique aqui representam um link para na qual, se for selecionado o internauta é levado diretamente à página contendo o texto recomendado para futuros projetos de lei.

que deputados e vereadores possam copiar o conteúdo e o apresentar em suas respectivas casas legislativas.

Visto que 2014 foi o período em que o movimento começou a ganhar maior destaque e visibilidade, podemos exemplificar como um dos relevantes precursores desse crescimento o deputado estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro. Flávio solicitou diretamente a Nagib, que neste mesmo ano, o advogado escrevesse um projeto de lei baseado nas suas ideias, gerando o PL 2974/2014 perante a Assembleia Legislativa Estadual do Rio de Janeiro. Logo após, o irmão mais novo da família e vereador do município homônimo, Carlos Bolsonaro, propôs o PL 867/2014 com conteúdo praticamente idêntico<sup>27</sup>.

Desde então, o projeto foi aprovado em Alagoas, Campo Grande (MS), Santa Cruz do Monte Castelo (PR) e Picuí (PB), dentre outros, além de serem comprovadamente introduzidos em mais de 12 Estados, ultrapassando 60 projetos de lei relacionados ao movimento<sup>28</sup>.

No Congresso Nacional, 10 PLs tramitam na Câmara dos Deputados e um corre no Senado, propostos entre 2014 e 2016. O principal deles fora proposto pelo Deputado Federal Izalci Ferreira, numerado como o Projeto de Lei de 867/2015, possui o intuito de incluir dentre as diretrizes e bases da educação nacional (Lei 9.394 de 1996, que estabelece os princípios fundamentais da educação no país) o Programa Escola Sem Partido.

A outro extremo, em nível municipal, os PLs se encontram na Câmara de Vereadores de Manaus (AM); Vitória da Conquista (BA); Cachoeiro do Itapemirim (ES); Campo Grande (MS); Belo Horizonte (MG); Varginha (MG); Benevides (PA); João Pessoa (PB); Picuí (PB); Teresina (PI); Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Santa Cruz do Monte Castelo e Toledo (PR); Recife (PE); Rio de Janeiro e Nova Iguaçu (RJ), Uruguaiana (RS), Joinville (SC), São Paulo e Limeira (SP) e Palmas (TO).

Estados como Espírito Santo, Ceará, Tocantins e Distrito Federal também já apresentaram seus Projetos, mesmo que alguns ainda não tenham sido aprovados. Até o final

---

<sup>27</sup> <http://educacaointegral.org.br/reportagens/polemico-projeto-do-escola-sem-partido-tramita-em-10-estados-9-capitais-df/>. Acesso em 20/07/2017.

<sup>28</sup> <http://www.deolhonosplanos.org.br/projetos-lei-escola-sem-partido/>. Acesso em 21/07/2017.

de 2016, a maioria dos projetos de lei encontrava-se em tramitação, tendo alguns poucos sido arquivados.

Nas cidades de Santa Cruz do Monte Castelo (PR) (Lei nº 009/2014), Picuí (PB) e Campo Grande (MS) (Lei nº 5.502/15) os PLs de proponentes do Escola sem Partido foram aprovados e seguem em vigor, de acordo com informações das câmaras legislativas. No estado de Alagoas o PL também foi aprovado (Lei nº 7.800/2016), mas em março de 2017, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, concedeu a liminar que determinava a suspensão integral da lei, por considerá-la inconstitucional.

Manifestando-se sobre o alcance nacional dos projetos, no *site* do movimento está publicado artigo intitulado como “Dia histórico”, apresentando o PL nº 867/2015, de Izalci Ferreira como “uma iniciativa destinada a entrar para a história da educação em nosso país”. Descreve ainda que “se a lei for aprovada pelo Parlamento brasileiro, a doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções estarão com os dias contados”<sup>29</sup> e que a implementação, a princípio, do projeto em âmbito federal, em nada interfere aqueles apresentados às Assembleias Legislativas do Estado e às Câmaras de Vereadores do Município.

Com o intuito de contabilizar e expor os Projetos de lei relacionados ao ESP, a Professora Fernanda Pereira de Moura, após estudar o Escola sem Partido (ESP) e o impacto de sua interferência na política pública com relação ao ensino de História, em sua Pós-graduação criou o *website* <https://pesquisandoesp.wordpress.com/>.

Afirma a Doutora que a quantidade de PLs relacionados ao ESP foi um dos aspectos que a deixou mais perplexa ao fazer sua pesquisa: “Mesmo acompanhando o assunto, junto com o movimento Professores Contra o Escola sem Partido, nós não tínhamos noção de que eram tantos projetos de lei”<sup>30</sup>. Ainda disponível, o endereço eletrônico possui *link* para todos os projetos de lei, o que na concepção da docente, possibilita fortalecer a luta contra suas aprovações. Ao acessarmos o *site* em questão, torna-se notório, ainda, que o movimento não só

---

<sup>29</sup> <http://www.escolasempartido.org/o-papel-do-governo-categoria/539-dia-historico-projeto-de-lei-que-institui-o-programa-escola-sem-partido-e-apresentado-na-camara-dos-deputados>. Acesso em 21/07/2017.

<sup>30</sup> <http://www.deolhonosplanos.org.br/projetos-lei-escola-sem-partido/>. Acesso em 05/08/2017.

se vale de projetos de leis, mas ainda sim de Propostas de Emendas Constitucionais, popularmente conhecidas como PECs, com o seu objetivo intrínseco de alterar trechos de textos constitucionais, diante do novo conteúdo proposto.

O grupo Professores contra o Escola Sem Partido (PCESP), formado por docentes e estudantes simpatizantes da causa, relatam a importância não só de serem contra o movimento em si, como também pelos Projetos de Lei em voga. No endereço eletrônico do grupo, no canto superior esquerdo há uma área intitulada “Vigiando os projetos de lei”, onde é exposto o trabalho de Fernanda e delineado como todos os seus dados foram reunidos.

Há na página, inclusive, um *link* para uma Tabela chamada “Panorama Escola Sem Partido”<sup>31</sup>, onde estão alinhados o Estado/Município, nº atribuído ao projeto, Ano, Tipo de Projeto (Enquanto alguns se utilizam do nome Escola Sem Partido, outros utilizam termos como Gênero, Escola Livre, Liberdade de Consciência para intitular seus projetos), bem como a Ementa, Propositor e Partido.

É relatado, ainda, que estes projetos foram agrupados por meio de *downloads* realizados diretamente dos *sites* das assembleias e câmaras legislativas, e, quando isso não era possível, através do contato direto à essas casas e assessorias dos deputados e vereadores em questão. Outrossim, logo abaixo na página mencionada, estão setorizados os projetos de lei em “Legislativo Federal”, “Escola Sem Partido no Senado Federal” e “Projetos relacionados” para que não restem dúvidas ao internauta de sua quantidade e conteúdo.

Diante da crescente posição ativa nas esferas legislativas, nas oportunidades em que fora perguntado o porquê da necessidade de novos textos normativos, Nagib afirma que as leis atuais proíbem o abuso, mas não impedem que eles aconteçam<sup>32</sup>.

Igualmente, logo na página principal do movimento, é disponibilizado um *folder* com “perguntas e respostas” mais frequentes, o qual após expor os deveres do professor e sua pré-

---

<sup>31</sup> <https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2016/06/tabela-1-panorama-do-escola-sem-partido-no-brasil5.pdf>. Acesso em 08/08/2017.

<sup>32</sup> <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/professor-nao-tem-liberdade-de-expressao-e-sim-de-catedra-diz-autor-de-projeto/>. Acesso em 05/08/2017.

existência no direito positivo, a pergunta de número 3 do arquivo digital consiste em: “Se os deveres já existem, para que a lei?”. Segue resposta de forma integral:

Para informar o estudante sobre o direito que ele tem de não ser doutrinado e manipulado por seus professores. Uma vez informado, o estudante, que é a vítima da doutrinação, saberá se defender das condutas abusivas praticadas por seus professores militantes. Conhecer os próprios direitos é uma questão de estrita cidadania. Ao mesmo tempo, a presença do cartaz com os Deveres do Professor nas salas de aula servirá para explicitar aos sujeitos da relação de ensino-aprendizado os limites éticos e jurídicos da atividade docente<sup>33</sup>.

Assim, o programa afirma que a lei seria necessária para o conhecimento direto daqueles que sofrem à dominação de ideias no ambiente escolar e, que dessa forma, soubessem agir prontamente diante desta e demais situações.

Isto posto, a grande questão a ser discutida no próximo capítulo, para que o movimento seja ainda mais examinado, é a concepção de **doutrinação** alegada pelo mesmo e se esta justifica, na concepção dos agentes em contato ao programa, motivo suficiente para tantas ações. Qual a razão ou quais características definem a doutrinação como ameaçadora aos alunos, para que ocupe tanto espaço perante os debates educacionais, e em consequência sejam implementados progressivos projetos de lei; e principalmente, qual a concepção e significado dado a esse termo.

Assim, mais uma vez nos atemos a Geertz, ao passo em que o antropólogo relata que a descrição etnográfica é formada pela interpretação do discurso e o registro deste relato. Não se pretende aqui “responder questões mais profundas”, mas sim “colocar a nossa disposição as respostas que outros deram e assim inclui-las no registro de consultas sobre o que o homem falou”<sup>34</sup>. Faz-se necessário entender o que cada agente social tem a dizer a respeito, principalmente aqueles que se utilizam do termo para propagar suas ideias.

---

<sup>33</sup> <http://www.escolasempartido.org/images/flder.pdf>. Acesso em 07/08/2017.

<sup>34</sup> GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 13. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1926. p. 23.

### III. A QUESTÃO DA DOUTRINAÇÃO NO MOVIMENTO. A SEMÂNTICA E O PODER DAS PALAVRAS NOS DISCURSOS.

A palavra doutrina tem sua origem no latim *doctrina*, o qual deriva do vocábulo *doceo*, que significa ensino<sup>35</sup>. Nas páginas do dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, doutrina é o substantivo feminino capaz de representar o conjunto de princípios que servem de base a um sistema filosófico, científico, catequese cristã ou, reforçando sua origem, ensinamento<sup>36</sup>.

Diante de uma gama de significados ainda mais ampla, o dicionário Michaelis além de estar em harmonia à definição supra referida, acrescenta:

[...]

2. Ensino que se dá sobre qualquer matéria
3. Instrução
4. Opinião em assuntos científicos
5. Opinião de autores<sup>37</sup>

Segundo Norberto Bobbio, o sentido atribuído à doutrina como ensino ou aprendizado do saber é o que mais se aproxima à sua origem etimológica, por mais que ao longo do tempo tenha sido consolidado o conceito de conjunto de ideias, noções e princípios para fundamentar determinadas instituições.

Percebe-se que as definições atribuídas pelos dois glossários, bem como a de Norberto Bobbio, expõe que o sentido de doutrina foi por muito tempo, e ainda pode ser, equiparado ao simples ato de saber, modo de pensar ou ensino sobre determinada matéria, sem que lhe seja conferido qualquer sentido pejorativo.

Muito pelo contrário, a partir de uma regressão à sua origem, em que se tem o vocábulo ensino, é possível ser atribuído até mesmo um conceito positivo e enriquecedor ao ato de doutrinar.

---

<sup>35</sup> BOBBIO, Norberto. In: Doutrina. **Dicionário de Política**. 11<sup>a</sup>. ed. Brasília/DF: Unb, 1998. p. 391-392.

<sup>36</sup> **Aurélio: o dicionário da língua portuguesa** / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação Marina Baird Ferreira – 8 ed. rev. atual. Curitiba: Positivo. 2010. p. 266.

<sup>37</sup> In: doutrina. Michaelis: **Dicionário prático da língua portuguesa** – São Paulo: Editora Melhoramentos. 3<sup>a</sup> edição. 2010

Vale ressaltar, que a doutrina ainda pode estar diretamente vinculada a um contexto religioso ou normativo, como se verifica no mundo prático. No âmbito do Direito, o significado de doutrina é tido como um conjunto de regras inter-relacionadas, construídas durante um longo período de tempo, associadas a determinado conceito ou princípio jurídico<sup>38</sup>; Tais doutrinas servem como base e são capazes de influenciar e fundamentar de forma direta as decisões judiciais.

Tal conceito é reforçado, por exemplo, pelo Art. 4 da Lei de Introdução ao Código Civil, o qual versa que “Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito”<sup>39</sup>, bem como pelo Art. 108 do Código Tributário Nacional<sup>40</sup> responsável por expor que:

Art. 108. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- I- A analogia;
- II- Os princípios gerais do direito tributário;
- III- Os princípios gerais de direito público;
- IV- A equidade

A Doutrina como linha de saber e ensinamento, portanto, indicam para o Direito o estudo e a elaboração das normas jurídicas, além de sua interpretação teórica, muitas vezes em contraposição à jurisprudência, a qual se refere à interpretação do direito que o juiz cumpre em vista de sua aplicação. A doutrina pode ainda ser utilizada para representar um conjunto de ideias de determinado autor, as quais podem ser classificadas como majoritárias ou minoritárias na esfera jurídica.

O indivíduo dedicado à doutrina, portanto, pode ser considerado um cientista, movido pela investigação, pelo processo empírico, buscando desvendar os mais diversos temas da área, trazendo à luz do conhecimento uma filosofia que reflita, de sua maneira, o comportamento da sociedade na qual está inserido.

---

<sup>38</sup> <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/924/Doutrina>. Acesso em 16/09/2017.

<sup>39</sup> Art. 4 da Lei de Introdução ao Código Civil - Decreto Lei 4657/42

<sup>40</sup> CTN – Código Tributário Nacional - Lei 5172 de 1966.



Dessa forma, a doutrina não só representa um instrumento para o estudo mais aprofundado, como também é responsável pela organização de todo o conteúdo jurídico, numa divisão dos vários ramos e espécies de normas, o que torna mais fácil a compreensão do ordenamento. Natural, assim, concluir que a doutrina desenvolve alternativas que provocam o aperfeiçoamento da área.

Todos estes detalhes mostram que a doutrina jurídica possui uma importância fundamental para o Direito, e fornece, ainda que de maneira indireta na produção das leis e nos julgamentos, pontos de apoio a todos os profissionais da área. Há, nesse caso, um conceito positivo e específico dado à palavra, diante do contexto jurídico e normativo, capaz de representar a fonte do ordenamento, bem como a interpretação das leis e fixação das diretrizes gerais das normas.

Já no âmbito da filosofia política, Bobbio afirma que o termo doutrina indica um complexo orgânico de idéias, resultante de uma reflexão metódica, historicamente denominadas de Doutrinas políticas<sup>41</sup>, as quais tiveram maior relevância a partir da segunda metade do século XIX.

Ao que concerne à esfera militar, o significado mais utilizado é aquele aplicado a um procedimento estabelecido dentro de uma operação complexa de guerra. O exemplo típico é a doutrina tática, na qual um conjunto padrão de manobras, tipos de tropas e armas são empregados como uma abordagem para determinado ataque.

Por fim, e como já demonstrado, à doutrina pode-se atribuir simplesmente o sentido de “algo que é ensinado”, ou então, a base para o ensino institucional sobre as formas internas referentes à organização de determinadas instituições.

Percebe-se que há diversos sentidos atribuídos ao vocábulo doutrina, bem como à sua aplicação prática, visto que como qualquer termo ou discurso utilizado em sociedade, permanece em movimento. Mas, para que seja possível investigar ainda mais os significados e sua utilização pelo movimento Escola sem Partido, importante expor – igualmente – os conceitos impostos somente ao ato de doutrinar, a controversa “doutrinação”.

---

<sup>41</sup> BOBBIO, Norberto. In: Doutrina. Dicionário de Política . 11ª. ed. Brasília/DF: Unb, 1998. p. 391-392.

Partindo novamente de uma descrição etimológica e gramatical, o dicionário de língua portuguesa Michaelis define como doutrinação:

1. Pregar à maneira de doutrina
2. Instruir em uma doutrina
3. Ensinar, instruir
4. Transmitir a doutrina cristã

Fora o cunho religioso, doutrinar na concepção dos verbetes expostos podem representar, mais uma vez, o simples ato de ensinar ou instruir como demonstrado no item 3. Já de maneira um pouco mais ambígua, estão as expressões “pregar à maneira de doutrina” ou “instruir em uma doutrina”, as quais seriam possíveis interpretações desfavoráveis ao ato, ao passo em que permite a escolha de um determinado viés - assim como afirma o ESP - ao relatar que a doutrinação seria a propagação de uma concepção política específica.

No glossário *online* Infopédia<sup>42</sup>, além dos conceitos expostos, é sinalizado um termo *depreciativo* à palavra, com um aviso assim o qualificando e logo em seguida, o texto léxico: “a divulgação de determinadas ideias ou princípios sectários, com o fito de angariar adeptos ou orientar comportamentos”.

A par da possibilidade de apenas instruir ou lecionar, diante desta concepção, a doutrinação somente teria um significado pejorativo a partir do momento que representa um ato para angariar adeptos, obter adesão de outrem para determinado ensinamento ou ideia.

Ainda nesse sentido, o dicionário de Língua Portuguesa Aurélio é sucinto em seu verbete e apresenta significado conveniente àquele defendido pelo movimento:

1. Instruir (alguém) em uma doutrina
2. Procurar converter (alguém) às suas ideias, ao seu credo político, etc. § **doutrinação**<sup>43</sup>.

Miguel Nagib e os defensores do movimento Escola Sem partido não só parecem discordar com os primeiros significados estabelecidos pelos sites e textos léxicos, como atribuem à doutrinação somente estes últimos conceitos apresentados, tidos para muitos como representação do sentido de cunho pejorativo, prejudicial. Segundo o coordenador, a doutrinação além de presente nas escolas, deve ser prontamente erradicada, por servir

---

<sup>42</sup> <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/doutrinação>. Acesso em 02/09/2017.

<sup>43</sup> **Aurélio: o dicionário da língua portuguesa** / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação Marina Baird Ferreira – 8 ed. rev. atual. Curitiba: Positivo. 2010. p. 266.

invariavelmente como instrumento para ganhar adeptos, com o intuito de converter os alunos a determinado viés ou ideia política.

Decerto que muitos são os significados atribuídos aos termos “doutrina” e “doutrinação”, e diante de um contexto social em desenvolvimento, diversas são suas aplicações práticas, não podendo ser resumidas apenas a verbetes do dicionário ou glossários de qualquer natureza. No entanto, é possível perceber que há um sentido conveniente e político escolhido, bem como defendido pelo movimento.

Se o conceito atribuído à palavra doutrinação fosse o de simples instrução ou ensino, estaria o ESP contra o simples fato de instruir e ensinar nas escolas, o que cairia por terra toda sua fundamentação de um ambiente escolar livre e plural.

Ademais, diante da importância da escolha da palavra para o movimento e uma vez estabelecida a doutrinação como o principal inimigo a ser combatido nas esferas escolares, ao analisar o *site*<sup>44</sup> e as recorrentes entrevistas realizadas por aqueles que seguem e defendem o projeto, não se costuma definir claramente o que é doutrina, pela chance de muitas vezes poder representar um significado contraditório ao movimento, como já demonstrado.

A escolha mais recorrente nas páginas oficiais e entrevistas realizadas é a de expor somente seu cunho altamente reprovável e, principalmente, as *atitudes* que a representam. Pode-se dizer que há no movimento a estratégia de definir a doutrinação muito nas atitudes do que em seu conceito ou semântica, para que assim, seja prontamente detectada pelos alunos e responsáveis e que não haja dúvida de sua existência nas escolas.

Em destaque, há um segmento do endereço eletrônico do Movimento Escola Sem Partido, intitulado “Flagrando o Doutrinador”. Nele, é expresso que as estratégias de doutrinação não costumam ser sutis, mas que – ao se deparar com uma audiência intelectualmente mais sofisticada – o doutrinador também pode sofisticar sua abordagem, dissimulando a propaganda ideológica numa roupagem pseudo-científica<sup>45</sup>. Diante desta mensagem, são detalhados na página digital alguns procedimentos capitais utilizados pelos docentes quando praticando a chamada doutrinação. Segue:

---

<sup>44</sup> <http://escolasempartido.org>. Acesso em 01/08/2017.

<sup>45</sup> <http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador>. Acesso em 01/08/2017

- 1) Se desvia freqüentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional;
- 2) Adota ou indica livros, publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica;
- 3) Impõe a leitura de textos que mostram apenas um dos lados de questões controvertidas;
- 4) Exibe aos alunos obras de arte de conteúdo político-ideológico, submetendo-as à discussão em sala de aula, sem fornecer os instrumentos necessários à descompactação da mensagem veiculada e sem dar tempo aos alunos para refletir sobre o seu conteúdo;
- 5) Ridiculariza gratuitamente ou desqualifica crenças religiosas ou convicções políticas;
- 6) Ridiculariza, desqualifica ou difama personalidades históricas, políticas ou religiosas;
- 7) Pressiona os alunos a expressar determinados pontos de vista em seus trabalhos;
- 8) Alicia alunos para participar de manifestações, atos públicos, passeatas, etc.;
- 9) Permite que a convicção política ou religiosa dos alunos interfira positiva ou negativamente em suas notas;
- 10) Encaminha o debate de qualquer assunto controvertido para conclusões que necessariamente favoreçam os pontos de vista de determinada corrente de pensamento;
- 11) Não só não esconde, como divulga e faz propaganda de suas preferências e antipatias políticas e ideológicas;
- 12) Omite ou minimiza fatos desabonadores à corrente político-ideológica de sua preferência;
- 13) Transmite aos alunos a impressão de que o mundo da política se divide entre os “do bem” e os “do mal”;
- 14) Não admite a mera possibilidade de que o “outro lado” possa ter alguma razão;
- 15) Promove uma atmosfera de intimidação em sala de aula, não permitindo, ou desencorajando a manifestação de pontos de vista discordantes dos seus;
- 16) Não impede que tal atmosfera seja criada pela ação de outros alunos;
- 17) Utiliza-se da função para propagar ideias e juízos de valor incompatíveis com os sentimentos morais e religiosos dos alunos, constringendo-os por não partilharem das mesmas ideias e juízos.

Destacam-se aqui os comportamentos atribuídos à prática de doutrinação pelo movimento, aos quais verbos como impor, ridicularizar e utilizar são recorrentes no rol demonstrado. Não obstante, intenta o projeto, mais uma vez, alcançar uma roupagem “neutra” em não definir precisamente um viés político a ser aniquilado, mas somente ideologias distintas, ao passo em que expõe no item 14, por exemplo: “Não admite a mera possibilidade de que o ‘outro lado’ possa ter alguma razão”.

No entanto, como dito anteriormente, não há em seu endereço eletrônico espaço que esclareça, ou queira esclarecer de fato, o conceito da doutrinação para o ESP. O mais próximo que encontramos são atitudes tipificadas a serem repreendidas, além de textos e manifestos no nicho intitulado “Doutrina da doutrinação”, em que o movimento reforça que “por trás da ação aparentemente espontânea dos ‘despertadores da consciência crítica’, existe uma bem elaborada e difundida doutrina da doutrinação.” Logo adiante, são anexados artigos que, segundo os defensores do ESP, demonstram as ações dos “manipuladores de segundo grau”<sup>46</sup>.

O primeiro artigo anexado nesta página é o de Frei Betto, referente a uma palestra que o pedagogo realizou em Havana, sob o título “O papel do educador na formação política dos estudantes”. Nesta oportunidade, Frei Betto relata concepções pessoais do capitalismo e socialismo e o que fez a segunda teoria de organização econômica ter o seu colapso, em especial no mundo europeu, onde teve maior representatividade. Já o segundo texto, é denominado como “Pedagogia do opressor”, possibilitando ao internauta a associação direta à “Pedagogia do Oprimido” - principal obra de Paulo Freire - em uma inversão total de valores tais como propostas pelo filósofo.

Leandro Narloch<sup>47</sup>, em coluna publicada na versão *online* da Revista Veja, relata que intelectuais como Joel Pinheiro da Fonseca e Luiz Felipe Pondé acreditam que o movimento acerta no diagnóstico de que há uma doutrinação nas escolas e que o seu viés seria esquerdista<sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup> <http://www.escolasempartido.org/doutrina-da-doutrinacao>. Acesso em 03/09/2017

<sup>47</sup> Jornalista e escritor brasileiro. É, também, Mestre em filosofia pela Universidade de Londres. Leandro escreve em seu Blog intitulado “Politicamente incorreto”, o qual deu origem a livros homônimos como o “Guia Politicamente incorreto da História do Brasil”, aos quais é autor. A coleção gerou polêmica e é considerado por muitos como uma publicação de viés direitista, vez que propõe rever alguns conceitos em capítulos nomeados como “Índios”, “Negros”, “Samba” e “Comunistas”.

<sup>48</sup> <http://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/a-lei-do-escola-sem-partido-e-sim-necessaria/>. Acesso em 02/08/2017

No entanto, afirma que não só o movimento seria necessário para aqueles que defendem “Che Guevara”, como também para os que se alinham ao “coronel Ustra”.

Destaca, no entanto, que tais medidas deveriam ser tomadas apenas ao ensino público, já que, para o mesmo, não seria papel do governo intrometer-se nas escolas privadas<sup>49</sup>. Segundo o repórter, professores são pagos para preparar alunos ao debate, para a tolerância a ideias divergentes, mas que geralmente contrários à privatização, professores de esquerda privatizam o espaço público quando usam a sala de aula para pregação política. Continua seu raciocínio ao afirmar que “muitos deles mal perceberiam a diferença entre ensino e doutrinação”.

Narloch, diante de tal fala, afasta o possível conceito semântico dado à palavra doutrinação como ato de instruir, ensinar, vez que, como exposto nas páginas anteriores, a doutrina pode ser assim equiparada a ensino e, de fato, não haver diferença quanto à concepção dos dois vocábulos. Afirma, ao contrário, que há um grande abismo entre eles.

Luiz Felipe Pondé<sup>50</sup>, por sua vez, afirma categoricamente que “Quem diz que não existe pregação socialista nas escolas mente ou é desinformado”, defendendo que há uma predileção clara e evidente à corrente ideológica de esquerda nas escolas.

Ainda nesse sentido, Nelson Lehmann<sup>51</sup> versa em artigo publicado no *site* do movimento, que no Brasil as noções transmitidas de política e cidadania estão flagrantemente contaminadas de conceitos marxistas, particularmente no ensino de nível médio. O que se ensina nas aulas de História, Sociologia, Geografia, e mesmo em Literatura ou Filosofia, para o mesmo, não passa de doutrinação<sup>52</sup>.

Completa seu raciocínio no sentido de que na maioria dos Estados, a rede pública de ensino estaria sob controle de docentes sindicalistas e militantes partidários. Os textos escolares,

---

<sup>49</sup> <http://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/a-lei-do-escola-sem-partido-e-sim-necessaria/>. Acesso em 02/08/2017.

<sup>50</sup> Escritor e pós-doutor em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv.

<sup>51</sup> Mestre em Filosofia e Política e autor do livro “A religião Civil do Estado Moderno”, onde defende que “a nação e o partido” substituíram a religião como objeto de fé, de amor e de esperança. É tido pelo movimento ESP como “pioneiro na luta contra a doutrinação nas escolas e grande incentivador do Programa”.

<sup>52</sup> <http://escolasempartido.org/artigos/173-a-doutrinacao-ideologica-nas-escolas>. Acesso em 02/08/2017. Importante ressaltar que por mais que não haja uma definição clara pelo movimento do que é a doutrinação, mais uma vez são determinadas atitudes que possam resumir a um comportamento doutrinário.

quase sem exceção, empregam, na sua visão, o vocabulário marxista, mesmo o mais ortodoxo, como “consciência de classe”, “luta de classes”, “modos de produção”, “exploração internacional”, “imperialismo americano” e a rotineira demonização do Capitalismo, o que faz com que o educando chegue à Universidade já viciado nos “esquemas mentais apreendidos de seus mal-formados mestres de Ciências Humanas”<sup>53</sup>.

Permanece desenvolvendo que esses mesmos jovens, no nível superior, irão se deparar igualmente com professores assumida ou sutilmente tendenciosos à esquerda, mas que nada adiantaria, vez que o “mal” já estaria feito desde a adolescência, oportunidade em que suas opiniões foram formadas.

Segundo Lehmann, os métodos de constrangimento vão do sorriso condescendente à perda de pontos por resposta ideologicamente discordante do professor. No discurso, se propaga a intenção de “formar o cidadão crítico” quando na verdade a crítica já é dada pronta, pré-fabricada. Uma vez que os concursos e admissão de professores dependeriam também de critérios inquestionavelmente políticos, nos quais a máquina burocrática tem sido dominada há décadas por partidos de esquerda, os textos escolares comprovam o implícito ou explícito marxismo.

Para reforçar a ideia ainda mais, na apresentação do *site* do ESP, o movimento afirma que as escolas deveriam funcionar como centro de produção e difusão do conhecimento, “aberto às mais diversas perspectivas de investigação” e capazes, por isso, de refletir com naturalidade e equilíbrio, os infinitos matizes da realidade<sup>54</sup>, mas que este não seria o quadro atual brasileiro. Vítimas de assédio de grupos e correntes políticas e ideológicas com pretensões claramente hegemônicas, as escolas teriam se transformado em meras caixas de ressonância das doutrinas e das agendas de grupos e correntes<sup>55</sup>.

Da mesma forma, ainda no texto responsável por apresentar o programa ao internauta, é relatado que a maioria dos educadores estaria apoiando a doutrinação nas escolas ou ao menos

---

<sup>53</sup> <http://escolasempartido.org/artigos/177-escola-sem-partido>. Acesso em 02/08/2017.

<sup>54</sup> <http://www.escolasempartido.org/apresentacao>. Acesso em 02/08/2017.

<sup>55</sup> <http://www.escolasempartido.org/apresentacao>. Acesso em 02/08/2017.

ignorando culposamente o problema, se recusando a admiti-lo por cumplicidade, conveniência ou covardia<sup>56</sup>.

Manifestando-se sobre o projeto, o ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Furtado Coêlho, *a priori*, não só questionou a constitucionalidade como expressou ser “desumano exigir que o professor seja um autômato (uma máquina) dentro da sala de aula”. Porém, tentando buscar um equilíbrio entre os argumentos utilizados contra e a favor do movimento, assegurou logo em seguida que, na verdade, o movimento proíbe o *abuso* da liberdade de ensinar, e não o seu legítimo exercício. Compreenderia o direito do professor de opinar sobre os temas que constituem o objeto da sua disciplina e do seu plano de ensino, mas não o de “fazer a cabeça” dos alunos<sup>57</sup>.

Miguel Nagib revida ao dizer que, para o movimento, não importa que o professor seja de esquerda ou de direita. O que ele não pode, a princípio, é desrespeitar a liberdade de consciência e de crença e a liberdade de aprender dos alunos (princípio constitucional previsto no artigo 5º, VI e VIII; e artigo 206, II, da CF), o princípio constitucional da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado (previsto nos artigos 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, 'a', e 37, caput, da CF), o pluralismo de ideias (previsto no artigo 206, III, da CF) e, por fim, o direito dos pais dos alunos sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos (previsto à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, artigo 12, IV<sup>58</sup>), como já visto no presente trabalho monográfico. Ao explicitar esse dever do professor, o Escola sem Partido visaria, portanto, assegurar precisamente o pluralismo de ideias em sala de aula.

No entanto, ainda no endereço eletrônico do movimento, mais especificamente no *link* intitulado FAQ – representando um dos diversos espaços destinados às perguntas frequentes enviadas aos colaboradores – logo na primeira linha, está o questionamento: “A doutrinação é um problema grave na educação brasileira? Por quê?”. A resposta é prontamente positiva. Seriam três as razões para a realidade doutrinária e seu consequente perigo;

---

<sup>56</sup> <http://www.escolasempartido.org/apresentacao>. Acesso em 01/08/2017

<sup>57</sup> <http://educacaointegral.org.br/reportagens/polemico-projeto-do-escola-sem-partido-tramita-em-10-estados-9-capitais-df/>. Acesso em 02/08/2017.

<sup>58</sup> <http://www.conjur.com.br/2016-jun-24/miguel-nagib-liberdade-ensinar-nao-confunde-expressao>. Acesso em 02/08/2017.



A primeira seria de que a doutrinação representa uma forma de cerceamento da liberdade de aprender do estudante, como já visto, e assim, a violação de um direito fundamental. A segunda razão seria a de que as principais vítimas dessa prática são “jovens inexperientes e imaturos, incapazes de reagir, intelectual e emocionalmente, a um professor que esteja determinado a fazer a cabeça dos alunos”<sup>59</sup>. A última e terceira razão seria a de que, devido à extensão do fenômeno e pesquisa realizada pelo Instituto Sensus, a imensa maioria dos professores (78%) acredita que a principal missão da escola é a de “despertar a consciência crítica dos alunos”.

É possível observar logo após essa afirmativa, mais uma vez, que os alunos são tidos como vítimas da doutrinação e “páginas em branco” no ambiente escolar. Ademais, seria uma ameaça a “consciência crítica” dos mesmos. Sobre isso, ainda na mesma página, há o complemento: “Não haveria nada de errado, se esse “despertar da consciência crítica” não consistisse apenas e tão somente em martelar ideias de esquerda na cabeça dos estudantes”.<sup>60</sup>

Ou seja, podemos perceber diante dessa declaração, que o movimento acredita que aquilo que é denominado pelos críticos do programa como “consciência crítica” e que, por sua vez, está sendo reprimida no ambiente escolar, na verdade, de *crítica* nada teria. Seria, na verdade, um senso pré pronto, fabricado e maquiado de juízo e discernimento.

Miguel Nagib e os colaboradores do *site* afirmam, na mesma oportunidade, que a visão crítica dos estudantes é direcionada sempre e invariavelmente aos mesmos alvos: a civilização ocidental, o cristianismo, os valores cristãos, a Igreja Católica, a “burguesia”, a família tradicional, a propriedade privada, o capitalismo, o livre-mercado, o agronegócio, o regime militar, os Estados Unidos etc, e que em contrapartida, nada ou quase nada se diz aos alunos sobre os mais de 100 milhões de cadáveres produzidos pelo comunismo; sobre a repressão política e o fracasso econômico da antiga União Soviética; sobre a KGB, o Gulag, a Grande Fome de 1932-1933; sobre a ditadura cubana, os presos políticos e a falta de liberdade naquele país; sobre os campos de reeducação e trabalho forçado na China comunista; sobre a fome de 1958-1961, causada pela política econômica de Mao Tsé-Tung -- que matou, segundo o historiador holandês Frank Dikötter, pelo menos 45 milhões de chineses entre 1958 e 1962,

---

<sup>59</sup> <http://escolasempartido.org/faq>. Acesso em 02/08/2017

<sup>60</sup> <http://escolasempartido.org/faq>. Acesso em 02/08/2017.

sendo que desse total, entre 2 e 3 milhões de pessoas foram executadas ou torturadas até a morte.

Em suma, versa que o olho crítico dos "despertadores de consciência crítica" só enxergaria - quando não inventa<sup>61</sup> - os pecados dos adversários políticos e ideológicos da esquerda; nunca ou rarissimamente os personagens da própria esquerda.

Em resposta, Denise Carreira<sup>62</sup> discorda de tal ponto de vista. Alega a docente que uma das maiores desinformações propagadas pelo movimento seria a de que justamente a escola pública esteja vinculada a um determinado partido político. Carreira afirma que não existe nenhum movimento social da educação que defenda essa homogeneização, além de ser terminantemente proibido pela Constituição Brasileira e pela legislação educacional. Pelo contrário, a Constituição fixaria que a educação é um direito de todos, além de ser um dever do Estado, e estabelece em seu artigo 206, o mesmo utilizado como argumento pelo ESP, que a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas esteja sempre na base da educação<sup>63</sup>.

Para a Doutora, as propostas do ESP, na verdade, não pretendem um combate à doutrinação, mas sim um ataque ao princípio da pluralidade de ideias – por mais que aleguem justamente o contrário –, já que defendem a aprovação de leis que proibiriam a discussão de questões fundamentais na sociedade educacional brasileira.

Fernando Abrucio<sup>64</sup> expõe seu posicionamento contrário ao Movimento de forma clara, ao chamá-lo de Escola Sem Sentido. Mesmo expondo diversas melhorias no ensino nos últimos anos, reconhece que o modelo apresentado atualmente no país ainda carece. Quanto ao nível de ideologização dos professores, o que para o autor ainda precisa ser comprovado cientificamente – e não simplesmente aceito como acontece com o movimento – este não seria uma das principais causas das fragilidades e carências da política educacional do país, mas sim a má

---

<sup>61</sup> <http://escolasempartido.org/midia/395-entrevista-de-miguel-nagib-a-revista-profissao-mestre>. Acesso em 11/08/2017.

<sup>62</sup> Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e coordenadora adjunta da Ação Educativa

<sup>63</sup> Carreira, Denise. Artigo: No chão da Escola: Conversando com Famílias e Profissionais da Educação sobre o Escola Sem Partido. A ideologia do Movimento Escola Sem Partido. 1ª Ed. São Paulo. Ação Educativa. 2016. Pág. 127

<sup>64</sup> Doutor em Ciência Política pela USP e coordenador do curso de Administração Pública da FGV-SP.

qualidade da educação básica, a baixa proficiência dos alunos e a grande evasão dos estudantes do Ensino Médio<sup>65</sup>.

Os problemas estariam, na realidade, intimamente ligados à formação inadequada dos professores, à fragilidade da gestão nas redes municipais e estaduais, à ausência de currículos adequados e à falta de uma carreira docente mais estruturada quanto à remuneração e cobrança por resultados, mas não no inimigo da doutrinação.

Para suscitar questão ainda mais profunda, não só defende o antropólogo Frei Betto, que a doutrinação a que o movimento versa seria descabida, como não há ninguém sem ideologia<sup>66</sup>, e, assim, o que o movimento pretende seria fatalmente utópico.

Já a Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo, Joana Salém Vasconcelos, a partir de um viés voltado a sua área de estudos, afirma que o movimento ESP abrir o precedente da criminalização por “assédio ideológico” ou “doutrinação marxista” seria muito semelhante ao que as ditaduras do ConeSul chamaram de “terrorismo intelectual”. Nos anos 1960 e 1970, milhares de educadores latino-americanos foram presos e torturados por divulgarem as ideias de Paulo Freire, por exemplo<sup>67</sup>.

Suscita a partir de tais informações que o movimento, na realidade, trata-se de uma tentativa de disfarçar a incompatibilidade de uma escola tecnocrática e conservadora com aquilo que Paulo Freire definiu como “educação como prática da liberdade”.

Assim, pretenderiam os defensores do movimento fortalecer o viés autoritário da instituição escolar e blindar os jovens do contato com o contraditório, isto é, com a teoria social crítica e com o respeito à diversidade.

Aponta a estudiosa que os estudantes brasileiros têm e sempre terão professores socialistas, liberais, sociodemocratas, conservadores, ou seja, de todos os vícios e ideologias políticas, uma vez que inexoravelmente possuem seus posicionamentos; mas ao tratar o

---

<sup>65</sup> Abrucio, Fernando. Artigo: Contra Escola Sem Sentido. A ideologia do Movimento Escola Sem Partido. 1ª Ed. São Paulo. Ação Educativa. 2016. Pág. 60

<sup>66</sup> Frei Betto. Artigo: Escola Sem Partido?. A ideologia do Movimento Escola Sem Partido. 1ª Ed. São Paulo. Ação Educativa. 2016. Pág. 66

<sup>67</sup> Salém Vasconcelos, Joana. Artigo: A escola, o Autoritarismo e a Emancipação. Ideologia do Movimento Escola Sem Partido. 1ª Ed. São Paulo. Ação Educativa. 2016. Pág. 81

estudando como “tábua rasa”<sup>68</sup>, e que, portanto, somente reproduz o que lhe é passado, cria-se um ambiente hostil e manipulável o qual, a princípio, não condiz com a realidade.

Diante do mesmo raciocínio, Moacir Gadotti afirma que há projetos “perigosos”, como o Projeto de Lei 1411/2015 apresentado pelo deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), o qual tipifica o crime de “assédio ideológico” em sala de aula, prevendo penas de até um ano de prisão além de multas aos professores, bem como projetos que punem os mestres que abordarem questões de gênero na sala de aula. Em seu texto, o educador ainda realiza uma analogia dessas ações até mesmo ao fascismo nos países da Itália e Alemanha e ao macarthismo nos Estados Unidos, já que a principal estratégia do movimento seria intimidar e criar medo entre os professores para alcançar seus fins e objetivos ideológicos<sup>69</sup>.

Dessa forma, conclui Gadotti, que é defendido pelo ESP um exército de militantes formado pelos professores em favor da “doutrinação marxista, esquerdista”<sup>70</sup>, mas que o objetivo desse movimento, na verdade, seria o de silenciar vozes, criminalizando o trabalho docente, a partir do momento em que coloca a educação a serviço dos interesses do mercado.

Não obstante, ressalta que o movimento ao contrário de ser “neutro” e “sem partido” como declara, possui um fim ideológico de exterminar um viés tido como inimigo no ambiente escolar, o que descaracteriza tudo aquilo que é dito pelos seus defensores. Mais uma vez, nos utilizando de um olhar geertziano, a fala de Moacir Gadotti é riquíssima no sentido de que não só expõe seu pensamento, como é capaz de destrinchar concepções inerentes do estudioso ao movimento.

O Escola sem Partido, portanto, no intuito de se estabelecer neutro e apartidário sem *explicitar* nos deveres do professor e em seus textos normativos determinadas ideias políticas a serem abolidas, acaba por entregar seu viés e posicionamento político quando indagado ou afrontado diante de certas questões. Em discussões firmadas na “questão de gênero”, por exemplo, ou de cunho religioso, o movimento costuma apresentar pautas tidas como

---

<sup>68</sup> Em diversos discursos, os defensores do movimento afirmam que os alunos representam uma audiência cativa, influenciável e altamente manipulável pelo professor, o qual detém autoridade máxima dentro da sala de aula.

<sup>69</sup> Gadotti, Moacir. **Ideologia do Movimento Escola Sem Partido**. In: A Escola Cidadã Frente ao “Escola Sem Partido”. 1ª Ed. São Paulo. Ação Educativa. 2016. Pág. 153.

<sup>70</sup> Gadotti, Moacir. **Ideologia do Movimento Escola Sem Partido**. In: A Escola Cidadã Frente ao “Escola Sem Partido”. 1ª Ed. São Paulo. Ação Educativa. 2016. Pág. 152

conservadoras e “moralistas”, normalmente contestadas em ambientes mais voltados à políticas sociais e de minorias, comuns naquelas considerados de “esquerda” na sociedade brasileira.

Em Artigo publicado à SINDPROF em Junho de 2016, um grupo de professores universitários em manifesto contra as propostas do Escola Sem Partido, como Fernando de Araujo Penna e Verena Alberti, dentre outros profissionais qualificados na área, afirmaram que pelo o que fora analisado “Qualquer coisa que ultrapassasse a transmissão de conhecimento seria considerada ‘doutrinação ideológica’ e, por isso, passível de ‘estar em conflito com as convicções morais dos estudantes e de seus pais’. A educação seria responsabilidade da família, que não poderia ser contraditada nos seus valores morais, religiosos e sexuais e, assim, a professora, o professor e a escola teriam de ser “neutros”. Mas, novamente, quem decide o que é ‘neutro’ e o que é ‘ideológico’? Ou melhor, como ignorar que todo conhecimento parte de algum viés, e que docentes e discentes o produzem sempre dentro de um contexto?”<sup>71</sup>

Afirmam, ainda, que as palavras não são neutras e que, ao constarem em um projeto de lei, trazem consigo a intenção de que seus interlocutores façam uma determinada interpretação, embora isso não possa ser garantido. “Democracia”, “qualidade” e “igualdade” são exemplos de palavras que figuram “vazias” nos textos e documentos políticos segundo os pedagogos. E assim o são “vazias” para que possam permitir o maior número possível de significações e, com isso, angariar mais adesão<sup>72</sup>.

Além da questão da semântica da própria palavra doutrinação e do embate de liberdade que está em jogo para os diferentes agentes sociais contra ou a favor do movimento, o grupo supracitado ainda analisa outras palavras que possam influenciar aquele que quer compreender o programa como um todo, como por exemplo, o papel e força da palavra “liberdade” e seus significados tendenciosos. Assim como o sentido dado à doutrinação, outras expressões poderiam estar intimamente ligadas com a visão política daqueles que propagam ou não a sua ideologia.

No Projeto de Lei 867/2014, já citado, proposto pelo Vereador Carlos Bolsonaro para implementar o Programa Escola Sem Partido à nível municipal no Rio de Janeiro, a palavra liberdade fora citada 13 vezes, mas segundo os docentes, de forma contraditória, ao expressar que liberdade dos que aprendem seria maior que a liberdade dos que ensinam. Expressões ainda

---

<sup>71</sup> <http://www.sinprodf.org.br/artigo-escola-sem-partido-ou-educacao-sem-liberdade/>. Acesso em 01/08/2017.

<sup>72</sup> <http://www.sinprodf.org.br/artigo-escola-sem-partido-ou-educacao-sem-liberdade/>. Acesso em 01/08/2017.

como “ideologia de gênero”, bem como “convicções de esquerda” também seriam questionáveis segundo os docentes, uma vez que a concepção “de esquerda” estaria sendo representada de maneira parcial e pejorativa.

Como já descrito diversas vezes por aqueles que se estabelecem contra o projeto, afirma o grupo que o sentido atribuído ao viés “de esquerda” estaria vinculado diretamente à “doutrinação” e “cooptação de mentes”, como se os estudantes necessariamente fossem elementos passivos, sem nenhum protagonismo na vida escolar e em suas vidas para além da escola<sup>73</sup> e que a arbitrariedade ocorresse somente a partir deste viés. O qual, na verdade, seria apenas uma vertente mais social e crítica, capaz de amedrontar setores mais tradicionais.

Já Nelson Lehmann, docente já citado no presente trabalho monográfico, em rebate, afirma que “a coloração marxista de nosso ensino hoje está invariavelmente infiltrada em todas as disciplinas”<sup>74</sup>.

Isto posto, a concepção de doutrinação diante dos defensores do movimento estaria intimamente ligada à ideias “de esquerda” e “marxistas” propagadas em todas (ou na maioria das) disciplinas de forma arbitrária aos estudantes, que enquanto audiência cativa, não tem escolha a não ser tomar aqueles ensinamentos como verdade e repassá-los. Ao passo em que, para os opositores, a doutrinação seria na realidade uma ficção para anular pensamentos críticos e/ou que simplesmente não estejam em conluio às convicções morais dos pais e responsáveis dos alunos.

Nessa concepção, a doutrinação possui um significado específico para cada um dos protagonistas na presente luta ideológica.

Enquanto que para a imensa maioria dos defensores do projeto, a doutrinação é uma realidade, para os críticos torna-se evidente uma pré-disposição a “criminalizar” as ideias de esquerda e todas aquelas que questionem um modelo mais tradicional e conservador de sociedade.

---

<sup>73</sup> <http://www.sinprodf.org.br/artigo-escola-sem-partido-ou-educacao-sem-liberdade>

<sup>74</sup> <http://escolasempartido.org/artigos/173-a-doutrinação-ideológica-nas-escolas>. Acesso em 04/09/2017.

Além disso, há no movimento o desejo evidente de atribuir à semântica do termo doutrinação unicamente o sentido pejorativo de angariar adeptos, a partir de uma analogia à atitudes predominantes de esquerda realizadas pelos docentes nas escolas de todo o país.

O que ocorre é que, ao utilizar-se do sentido negativo do termo, o movimento expõe sua posição política e estratégica para, muitas vezes, fazer aquilo que mais diz recriminar – ganhar adesão. Ao atribuir o sentido prejudicial à palavra como o único possível, os responsáveis ou qualquer indivíduo que estiver diante daquela realidade, normalmente desejará que ela cesse. Ademais, ao atribuí-lo quase que exclusivamente para um determinado grupo e/ou viés, a linguagem, aqui, é novamente utilizada como instrumento, para que seja repassada, à sua maneira, a mensagem desejada.

O verbo a que se remete à doutrina para o Escola sem Partido não é o de instruir, e sim dominar. Enquanto que para os opositores, além de controversa a própria significação atribuída ao termo, muitas vezes destinadas somente a um grupo, é possível que ela nem exista.

Fica demonstrado, portanto, a importância das palavras e como são utilizados os diversos sentidos aos quais lhe são atribuídos. No presente trabalho monográfico, não só o termo doutrinação tem papel protagonista e essencial à comunicação, como outras expressões construídas nos discursos desses agentes. A neutralidade e imparcialidade imputada ao movimento representa um de seus pontos basilares, e é por isso que, da mesma forma, iremos analisa-las a seguir.

#### **IV. ESCOLA SEM PARTIDO – MOVIMENTO APARTIDÁRIO? A QUESTÃO DA NEUTRALIDADE E PARTIDARISMO EM VOGA.**

##### **IV.I. O movimento pode ser considerado neutro de qualquer ideologia ou partidarismo?**

Como exposto no trabalho monográfico até então, segundo o movimento, seu principal objetivo consiste em alcançar a neutralidade nas escolas, a partir de um ambiente livre de qualquer ideologia e/ou demonstração partidária dominante. O descumprimento de tal realidade resultaria em uma doutrinação indesejada e recriminável, capaz de propulsionar sanções

previstas e outras ações político-ativas, como notificações extrajudiciais e Projeto de Leis a serem implementados por todo o país.

A partir do momento em que se pretende a neutralidade como fim, se faz necessário compreender se a mesma estende-se ao programa. É necessário um diálogo antropológico e etnográfico para compreendermos de forma detalhada como se expressam os agentes e, principalmente, como o movimento se proclama diante da necessidade de “não tomar partido”, ao qual dá o seu nome e identidade.

Rodrigo Ratier<sup>75</sup> levanta a questão acerca do apartidarismo e neutralidade do movimento em seu artigo “14 Perguntas e Respostas sobre o Escola Sem Partido”. Quando indagado acerca do comportamento exercido nas mídias em que atua, explicita o autor que o *site* do movimento o apresenta como apartidário e diz que não é defendido ou promovido nenhum tópico da agenda liberal, conservadora ou tradicionalista, e, portanto, não seria de direita ou qualquer viés político-social semelhante; No entanto, afirma que os apoiadores do movimento vêm quase exclusivamente desse espectro<sup>76</sup>.

O Movimento Brasil Livre (MBL), o qual segundo Ratier, configurou como um dos protagonistas aos protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff, elegeu o movimento Escola Sem Partido como um dos tópicos principais da lista de dez reivindicações em sua marcha ao Congresso Nacional, ocorrida em 2015. Já o grupo *Revoltados Online*, iniciativa popular manifestadamente contra o Partido dos Trabalhadores e pautas de esquerda, foi responsável por articular o encontro de dois de seus representantes – um deles, destaca Ratier, o ator Alexandre Frota – com o ministro da educação, Mendonça Filho, para que fossem discutidas pautas educacionais, dentre elas o movimento Escola Sem Partido.

Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e declaradamente contra o programa ESP, também comentou sobre o encontro, versando que Mendonça Filho havia escolhido mal seus interlocutores<sup>77</sup>.

---

<sup>75</sup> Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e editor-executivo da Revista Nova Escola.

<sup>76</sup> Ratier, Rodrigo. 14 Perguntas e Respostas sobre o “Escola Sem Partido”. Ideologia do Movimento Escola Sem Partido. Ação Educativa. 1ª Ed. São Paulo. 2016. Pág. 30

<sup>77</sup> <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/05/25/mendonca-filho-recebe-propostas-de-alexandre-frota-para-educacao.htm>. Acesso em 11/08/2017.



Levantamentos da Revista *Nova Escola* revelam que a estratégia de levar a questão para Câmara de Vereadores, Assembleias Legislativas e para o Congresso Nacional tem aproximado o movimento de agremiações de direita e de centro. Alega Rodrigo Ratier que seria desse perfil a maioria dos 19 deputados federais, estaduais ou vereadores (de capitais) que propõem projetos de lei baseados no movimento Escola Sem Partido. O PSC (Partido Social Cristão) e de forte representação na bancada evangélica, é o primeiro em proponentes, com 5 Projetos de Lei pautados no movimento ESP, seguido por siglas mais centristas, como PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), com 4 Projetos cada.

No entanto, vale dizer que até mesmo em seu artigo, o docente afirma que é necessário tomar cuidado, uma vez que o sistema partidário no Brasil não reflete necessariamente a visão de mundo presente no programa da sigla.

De qualquer maneira, para os opositores do projeto, um dado extremamente relevante é a vinculação religiosa demonstrada: 11 dos 19 proponentes de projetos inspirados pelo ESP são ligados a alguma igreja. A defesa da família e dos valores cristãos seria, inclusive, a plataforma de atuação mais citada nesses projetos.

Diante de tais dados, tem-se aos objetores, que há uma contradição muito grande em sua ideologia, uma vez que pregam a neutralidade e o apartidarismo, mas na prática, os agentes que mais perpetuam e movimentam o projeto são aqueles filiados a um partido político ou ideologia moral e religiosa.

Pontua Ratier, que o modelo de notificação extrajudicial o qual ameaça processar educadores que discutam sexualidade de gênero, se sustenta precisamente no direito de as famílias escolherem as ideias com que as crianças terão contato na escola. Muitos pais, por convicções religiosas, são contra esse debate nas aulas, e o movimento, como já demonstrado em diversas oportunidades no trabalho monográfico, invoca a Convenção Americana sobre Direitos Humanos para sustentar o direito dos pais a que seus filhos recebam essa “educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”.

Entretanto, pondera que esse tipo de tratado internacional não está acima da Constituição Brasileira, a qual, por sua vez, atesta que o Estado é laico, e por isso não pertence ao clero ou nenhuma ordem religiosa específica. Como reforço a essa ideia, observa Ratier que a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>78</sup> também veda qualquer forma de proselitismo (esforço para converter pessoas, atividade para catequizá-las a certo viés religioso) e que o Supremo Tribunal Federal ainda analisa a ADI 4.439<sup>79</sup> (Ação Direta de Inconstitucionalidade que defende o ensino religioso nas escolas públicas somente de natureza não confessional, ou seja, não relacionado às crenças religiosas. Realidade capaz de abarcar também posições ditas contrárias, como o ateísmo e agnosticismo – sem exclusão por parte dos educadores).

As notificações extrajudiciais resultante das denúncias previstas pelo movimento, segundo o docente, ainda poderiam criar sérios problemas, ao passo que uma família criacionista, e assim crente de um mundo de origem tal como descrito no livro bíblico do Gênesis, poderiam questionar na justiça o professor de Biologia que ensina o conceito de evolução das espécies; ou em contraponto, se uma família de esquerda pode levar um professor de História de direita à justiça caso ele ensine algo sobre a Revolução Russa que vá contra os seus princípios.

Ponto este levantado, da mesma forma, por Daniel Cara<sup>80</sup>. Em um contexto onde há tanta dúvida, nenhum professor terá segurança para ensinar, pois não tem como saber de que

---

<sup>78</sup> LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro 1996.

<sup>79</sup> A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4439, ajuizada pelo procurador-geral da República Rodrigo Janot, questiona dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e do acordo entre o Brasil e o Vaticano tratando do ensino religioso em escolas públicas. A ação afirma que a única forma de compatibilizar o ensino religioso nas escolas públicas é que ele seja ministrado na modalidade não confessional, em que o conteúdo programático da disciplina consista na exposição das diversas doutrinas, das práticas, das históricas e das dimensões das diferentes religiões.

Segundo Janot, “A escola pública não é lugar para o ensino confessional ou mesmo o interconfessional ou ecumênico, pois este tem por propósito inculcar nos alunos princípios e valores religiosos partilhados pela maioria, com prejuízo de visões ateístas, agnósticas ou de religiões com menos poder na esfera sociopolítica”. Já a advogada-geral da União, Grace Maria Fernandes, se pronunciou pela improcedência da ADI. Segundo ela, tanto a LDB quanto o acordo com o Vaticano, asseguram a impossibilidade do proselitismo no ensino religioso.

Ocuparam a tribuna para pedir a procedência da ADI 4439 os representantes dos amici curiae Clínica de Direitos Fundamentais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS), Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), Liga Humanista Secular do Brasil (LHS), Centro Acadêmico XI de agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos (ATEA), o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), a Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, a Ecos - Comunicação em Sexualidade e a Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Dhesca Brasil).

A relatoria da Ação de Inconstitucionalidade, em questão, foi atribuída ao ministro Luís Roberto Barroso.

<sup>80</sup> Mestre em Ciência Política pela USP

forma sua aula será julgada. A liberdade de cátedra, que seria um dos pilares fundamentais do magistério estaria sendo limitada e hostilizada segundo o professor – e não protegida como defende Miguel Nagib.

Esse quadro, ainda, se estenderia para qualquer área do conhecimento, não só quanto às inúmeras concepções religiosas existentes na sociedade. Por mais que o movimento alegue que ao professor não é proibido falar de política, contanto que sejam expostos “todos os lados”<sup>81</sup>, alegam os defensores que ao ministrar uma aula de História Geral sobre as revoluções, utilizando-se da luta das mulheres pelo direito ao voto ou as duas grandes guerras, por exemplo, concepções políticas e ideológicas dependendo das visões de mundo de quem as recebe, poderiam ser facilmente julgadas.

Segundo Salomão Ximenes<sup>82</sup>, há no movimento uma campanha de estímulo ao litígio e à responsabilização de professores. E diante desta realidade, se dissemina, em todo o País, o medo e controle ideológico sobre as escolas e os docentes, ainda que não aprovados os projetos de lei almejados pelo Escola Sem Partido.

Afirma o catedrático que muitos são os relatos de professores que atualmente já se sentem intimidados a tratar determinados conteúdos ou a expressar suas opiniões em sala de aula. Inclusive, há casos mais graves, em que docentes já respondem a processos administrativos diante de concepções religiosas ou ideológicas as quais não são aceitas pelo movimento.

Para Fernando Abrucio<sup>83</sup>, a liberdade e a criatividade do professor, aliadas a um controle de seus resultados pedagógicos (o quanto conseguem melhorar e desenvolver o aprendizado de seus alunos) aparecem como elementos essenciais a um ensino de sucesso, e não a repressão ou limite de sua profissão.

Completa o docente, que o movimento, na verdade, se baseia em equívocos conceituas, e o principal deles seria acreditar que é possível transmitir conhecimentos de uma forma neutra, o que a seu ver não o é em nenhum lugar ou época da história humana. E que, de maneira

---

<sup>81</sup> <http://www.escolasempartido.org/images/flder.pdf>. Acesso em 09/09/2017

<sup>82</sup> Doutor em Direito pela USP

<sup>83</sup> Doutor em Ciência Política pela USP e coordenador do curso de Administração Pública da FGV-SP.

contraditória, afirma que pretende construir uma escola plural, em que várias ideias diferentes pudessem ser apresentadas e discutidas, mas não permite que os alunos discordem de seus professores ou, ainda, ao sair delas, divergir de seus pais.

Ressalta que há a possibilidade de, em muitas partes do Brasil, já existirem professores de História que estejam dando somente uma versão de mundo aos seus alunos. E assim, a solução seria de multiplicar as visões e não encontrar algo que seja propriamente neutro. Finalmente, questiona se representa ingenuidade o pensamento da existência de uma educação neutra ou, na realidade, uma vontade consciente de ocultar que as ações do projeto seriam fortemente ideologizadas, baseadas em uma concepção – para Fabricio e, pelo visto, para a grande maioria dos opositores ao projeto – conservadora da sociedade e da família.

Com já havia sido transcrito anteriormente, Frei Betto afirma que não há ninguém sem ideologia. Para o filósofo, ao encarar a realidade, não é possível vê-la com os próprios olhos, mas sim através de “um óculos social sempre presente”. A ideologia seria um conjunto de ideias inculcadas em nossa mente e que fundamentariam nossos valores e motivariam nossas atitudes. A ideologia, em sua concepção, é o que rege a visão de mundo de qualquer indivíduo.

Outrossim, defende que a principal proposta do movimento Escola Sem Partido é impedir que os professores eduquem seus alunos com *consciência crítica*, ao passo que atribuem a este termo um conceito depreciativo e praticamente inexistente. Em sua concepção, estaria claro que nenhum opositor ao movimento defende uma escola partidária, onde há uma só ideologia em todos os professores, mas também não faria sentido o ambiente escolar negligenciar que existe uma disputa partidária atualmente no país, o que representaria um dos pilares da democracia: a transparência e livre expressão.

Em tempos de eleições, por exemplo, “deve a escola ignorá-las ou convidar representantes e candidatos de diferentes partidos para debater com os alunos?”, indaga o antropólogo; “O que seria mais educativo?”.

Diante de um tom ainda mais crítico, o jornalista instiga se é recomendando, por exemplo, aos professores de Português e Literatura omitirem que Adolfo Caminha publicou, em 1985, no Brasil, “Bom Crioulo”, o primeiro romance gay da história da literatura ocidental; ou então, a proibirem a leitura dos contos de Dona Benedita e Pílades e Orestes, de Machado

de Assis; e evitar qualquer debate sobre os personagens de Dom Casmurro, uma vez que “os alunos poderiam deduzir que Bentinho estava mais apaixonado por Escobar do que por Capitu”.

Eduardo Girotto relata que seria necessário entender a relação intrínseca entre o projeto de educação e projeto de sociedade, e que a única lógica de difundir a ideia de uma educação neutra seria a de propagar uma educação com a finalidade de dotar os indivíduos de conhecimentos, conteúdos, competências e habilidades também concebidas como neutras, o que seria, no mínimo, enigmático.

Para o estudioso, a educação neutra consiste em certa racionalidade técnica e gerencial, que teria como única finalidade atender aos interesses comerciais, principalmente de grandes empresas, as quais enxergariam na educação amplas oportunidades de ganhos econômicos. Seria, promovida, portanto, uma concepção mais tecnicista que limita a relação da educação para com o mercado de trabalho, gerando em massa indivíduos passivos, sem consciência para criticar, e pré-moldados para o mercado. Para o Doutor, as influências do movimento Escola Sem Partido podem significar, também, uma expressiva diminuição da carga horária destinada às disciplinas de Ciências Humanas, ressaltando que as mesmas têm sido principais alvos de ataques por parte de seus defensores.

Dessa forma, estaria o movimento ocultando-se no falso discurso da neutralidade do conhecimento e da racionalidade técnica como algo natural do processo educativo, o que para Girotto, seria defender os princípios do empresariado brasileiro, fomentando a competitividade e empregabilidade nas práticas educativas, com o intuito de formar o indivíduo apto ao mercado de trabalho do século vinte e um; menosprezando os sujeitos, as práticas cotidianas, seus desejos, sonhos e perspectivas. Alunos e professores seriam meras estatísticas e exerceriam suas funções de maneira padronizada.

Ressalta, ainda, que ao longo de seus anos docentes fora construindo um olhar sobre a escola e os sujeitos que o levaram a compreender que, frente a toda tentativa de controle e subordinação, alunos e professores inventam formas criativas de luta; e que, somente o fazem, uma vez que compreendem a escola como uma construção coletiva.

Se de um lado estariam aqueles que buscam combater a pluralidade da escola, defendendo o pensamento único, a homogeneização das práticas e silenciando as diferentes

vozes dos sujeitos da educação, ocultando assim seus próprios interesses – do outro lado, para Girotto, estariam aqueles que, contra a tentativa de controle, reinventam a escola e a educação, reafirmando-a como lugar de pluralidade efetiva, partilha, construção coletiva, conhecimentos e identidades.

Roberto Catelli compartilha da opinião defendida pelos últimos agentes citados. A partir do momento que cabe à escola apenas informar e fazer com que o aluno conheça os conteúdos das disciplinas, perante uma perspectiva mais técnica - não podendo o professor emitir sua opinião - supõem-se que os conteúdos estariam organizados com uma narrativa que evite polêmica, sendo a escola apenas fonte de meras instruções. Desta maneira, se a escola deve instruir e não educar, serve não para formar cidadãos, mas somente para formar indivíduos ao mercado de trabalho.

Ainda nesse sentido, Joana Salém Vasconcelos, afirma de forma categórica que neutralidade para o movimento é sinônimo do enquadramento do professor aos pensamentos e crenças dos pais dos alunos, uma vez que o movimento no artigo primeiro do Projeto de Lei 867/2014 estabelece que a educação nacional respeitará o princípio da “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”, mas novamente, como é visto de forma reiterada no trabalho monográfico, afirma que é “direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. Caberia, portanto, aos pais decidirem o que seus filhos devem aprender; Nem o governo, nem a escola, nem os professores teriam o direito de usar a sala de aula para tratar conteúdos morais que não tenham sido previamente aprovados pelos pais dos alunos.

Denise Carreira<sup>84</sup> afirma que em nome de determinadas religiões, em muitas escolas públicas brasileiras, a intolerância, o preconceito, a ignorância e o ódio estão sendo propagados por aquelas pessoas que acreditam que somente sua religião contém a verdade sobre a vida e deve ser imposta a toda a sociedade. Segundo a docente, essa situação teria e tem gerado muito sofrimento, discriminações, violências e exclusão escolar.

A partir do momento em que, defendem os pais, que suas filhas e filhos não conheçam outras visões de mundo para além daquelas presentes nas suas respectivas famílias, o

---

<sup>84</sup> Doutora pela USP e coordenadora-adjunta da Ação Educativa.

desenvolvimento de uma formação crítica e criativa das crianças e adolescentes para que possam se relacionar, de fato, com o mundo estaria comprometida, tarefa esta prioritária da educação como previsto na Constituição Federal. Para os fundamentalistas e defensores do movimento, na visão da docente, a maior igualdade nas famílias, o respeito à diversidade sexual e o reconhecimento de outras religiosidades – como as afro-brasileiras – constituiriam uma ameaça à sociedade. Cabe ressaltar, que na mesma oportunidade, destaca Carreira que ser religioso é diferente de ser fundamentalista.

Alega, ainda, que laicidade do Estado seria um princípio que prevê que as instituições e políticas públicas não podem estar submissas a nenhuma das religiões. Nas sociedades democráticas, a laicidade do Estado é considerada condição fundamental para a garantia dos direitos humanos de todas as pessoas e, em especial, do direito humano à liberdade religiosa e a de não professar nenhuma religião. Por isso, um Estado laico é aquele que está a serviço da garantia dos direitos previstos na Constituição e nas leis construídas democraticamente em um país.

Completa a Mestre, que seria necessário lembrar que as/os profissionais de educação e as/os gestores escolares das escolas públicas, independentemente da religião que professam, são servidores públicos e devem estar comprometidos em primeiro lugar com a garantia do direito humano à educação de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos que frequentam as escolas.

E que, dessa forma, a escola pública brasileira não poderia ser dominada por grupos fundamentalistas de qualquer gênero. Por isso, independente do vínculo religioso, é urgente que estudantes, famílias, profissionais de educação e sociedade em geral somem forças para que a escola pública não seja espaço de intolerância religiosa, ignorância, preconceito, racismo e violência e, assim, recusando-se à aceitação de fundamentalistas, muitos dos quais, afirma Carreira, fazem parte do movimento ESP.

Destaca, por fim, que alguns defensores do Escola sem Partido, membros da bancada evangélica na Câmara, como, por exemplo, João Campos, deputado federal pelo PSDB de Goiás, repetem, há muitos anos, seus mandatos.

Cabe ressaltar, que Campos é presidente da Frente Parlamentar Evangélica em prol da “defesa da ética, da vida humana, da família, da liberdade religiosa e de uma sociedade justa e igualitária”, composta por 92 deputados, que votam a favor dos projetos propostos pelo ESP. Além disso, o deputado se posiciona a favor da redução da maioria penal e é autor da PEC 99 – emenda constitucional que prevê a inclusão de entidades religiosas de âmbito nacional na lista de instituições que podem propor ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade ao STF; além do projeto apelidado de “cura gay” (PLC 234/2011), retirado pelo próprio, após várias manifestações da sociedade. Magno Malta, outro exemplo muito presente nos debates e entrevistas do partido, é pastor evangélico, senador (PR-ES) e autor do PL 193/2016, que assim como Izalci Ferreira, pretende incluir o programa à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Leonardo Sakamoto<sup>85</sup> reafirma a vinculação religiosa do movimento ao levantar novamente os dados demonstrados por Rodrigo Ratier, de que 11 dos 19 proponentes dos projetos de lei inspirados no ESP são ligados a alguma igreja, e conclui o seu pensamento ao alegar que “de “Sem Partido” o Escola sem Partido não tem nada”<sup>86</sup>.

Além da questão religiosa levantada no movimento, a maioria dos docentes afirma que o que distingue um professor é a autoria e a originalidade para transmitir o conhecimento. Nesse raciocínio, o profissional não ensina somente aquilo que sabe, mas também aquilo que é. Ser autor representaria justamente ter a autonomia, ser protagonista e posicionar-se diante de certos assuntos.

Renata Aquino, em seu artigo intitulado “A ideologia do Escola Sem Partido”, publicado em diversos veículos, afirma que é uma “falácia este vácuo político e ideológico ao qual o Escola Sem Partido se diz pertencer. Apesar do absurdo que é afirmar que um movimento social não é ideológico, ou seja, negar que ele é baseado numa série de ideias, ele segue atraindo apoiadores e ganhando espaço em várias casas legislativas brasileiras. Quanto à sua negação do caráter político, isso está de acordo com uma falácia muito importante para manter a sua

---

<sup>85</sup> Jornalista e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo.

<sup>86</sup> <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/06/24/escola-sem-partido-doutrina-coelho-da-pascoa-e-papai-noel/>. Acesso em 01/08/2017.



imagem de ingênuo, puro e simples defensor da aplicação das leis: a falácia de que ser político é necessariamente ser partidário”<sup>87</sup>.

Para a mesma, todo movimento social é político e ideológico por definição, mas que no contexto político brasileiro seria necessário minuciar tais ideias. Alega a Mestre que ao negar o pertencimento a qualquer corrente, esta seria, na verdade, uma estratégia retórica do movimento para criar a si uma imagem de algo universalmente inquestionável. Com o intuito de desmontar tal discurso, detalhou a doutora, algumas ideias que comprovariam o pertencimento a uma ideologia na verdade contrária à educação crítica, igualitária e libertadora.

Alguns exemplos pontuais de Aquino seriam que Luiz Felipe Pondé, colunista da Veja e também popular figura de um âmbito político mais voltado à direita, afirma ser a educação “o principal inimigo da liberdade no Brasil”. Logo após, em artigo recente, o colunista teria deixado claro que mesmo que a “batalha do impeachment” possa parecer vencida, a educação deve ser o próximo alvo. Em fevereiro, no endereço eletrônico da Revista Época, foi publicado artigo nomeado “É ético usar a sala de aula pra ‘fazer a cabeça’ dos nossos alunos?”, assinado por Fernando Schuler, no qual Pondé afirma que há uma “perigosa doutrinação nas escolas”. Schuler, por sua vez, faz parte da equipe de especialistas do instituto Millenium, Centro de Pensamento *online* onde são publicados diversos artigos e crônicas de pensamento, e é defensor de ideias, segundo a Mestre, deliberadamente contrárias ao neoliberalismo, rotulando os defensores da educação pública de “lobby da educação estatal” e apoiando a privatização do ensino.

Para Aquino, por trás da alegação de que se busca um Estado democrático e liberdades individuais, esconde-se uma espécie de conservadorismo que não aceita liberdade e democracia para todos: só seria família de verdade, e por isto a única que pode ser citada na escola, a família heterossexual e cristã; falar da questão das mulheres, usando o recorte de gênero nos temas da aula, é “ideologia de gênero”; discutir religiões de matriz africana, e compreende-las enquanto manifestações culturais, principalmente se se diminui as menções à religião cristã, seria absurdo<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/>. Acesso em 01/08/2017.

<sup>88</sup> <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/>. Acesso em 01/08/2017.

Mauro Donato<sup>89</sup>, em artigo publicado ao endereço eletrônico “Diário do Centro do Mundo”, expressa que em primeiro contato com o anteprojeto e definições do Movimento Escola Sem Partido - ou seja, uma escola sem interferências políticas - o público leigo tende a aprovar a ideia sem pestanejar. Para o jornalista, bem como para seus colegas, seria evidente que escola não tem que ter partido, portanto essa obviedade não seria anunciada à toa. Assim, como muitos outros opositores ao movimento alegam, seria a neutralidade na verdade uma armadilha, vez que o movimento deseja blindar a escola contra ‘doutrinações partidárias’, quando na realidade o alvo não seria o proselitismo partidário, mas sim o pensamento crítico e a experiência da pluralidade- alicerces da escola<sup>90</sup>.

Para que seja ainda mais minuciada a opinião do jornalista, segue texto integralmente transcrito de seu artigo:

Ideologia para essa turma é tudo que se refere à esquerda.

Essas pessoas acham que ideologia é quando você ensina Marx. Mas e ensinar Adam Smith, não é ideológico? Você não pode falar de religiões africanas, mas pode falar do catolicismo”, diz Gislane Azevedo, autora de História e presidente da ABRALE (Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos). Preocupada com o cenário atual, ela afirma: “Hoje está sim havendo um policiamento muito grande”.

É disso que trata o tal movimento ‘sem ideologia’: é um ataque às minorias e a uma escola verdadeiramente democrática. O que o Escola Sem Partido pretende é formar analfabetos políticos. Deseja evitar a discussão do que eles chamam de “temas transversais”. A saber: os temas que desagradam as bancadas da bala e da bíblia.

“É Escola Sem Partido, mas deveriam dizer ‘sem partido dos outros’ né. Na realidade aqui em São Paulo eles já praticam o Escola Sem Partido nas Etec e Fatecs. Ali ocorrem perseguições e há um índice altíssimo de professores afastados, adoentados por conta daqueles autênticos campos de concentração. Pode parecer uma besteira esse projeto, as pessoas podem pensar ‘ah é inconstitucional, isso não vai dar nada’. Pode não dar agora, mas estão acumulando forças para implantar regras que vão judicializar a relação aluno e professor. Em que condições um professor vai poder entrar na sala para construir um pensamento, construir conhecimento e sabedoria, com alguém que pode estar gravando e depois irá processá-lo? Porque a regra é clara, Escola Sem Partido estabelece diretrizes e mecanismos para um pai ou representante processar o professor”, declarou o deputado João Paulo Rillo (PT), que esteve presente na última sexta-feira em um debate com educadores e estudantes na PUC.

[...]

O Escola Sem Partido é um movimento que faz de tudo para se apresentar como apartidário, baseado em princípios de ‘neutralidade’, mas é um ataque à escola como espaço para reflexão, um espaço plural para exposição das diferentes maneiras de

<sup>89</sup> Jornalista, escritor e fotógrafo

<sup>90</sup> <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-ideia-do-movimento-escola-sem-partido-e-formar-alunos-modelos-como-alexandre-frota-por-donato/>. Acesso em 04/08/2017.

compreender o mundo. Almeja despolitizar a educação, descolando-a do contexto social e cultural em que está inserida, para formar massa de manobra.

Quem educa para a democracia, educa para a diferença. O que esse projeto busca é uma monocultura.

A União Joinvilense dos Estudantes Secundaristas (Ujes), da mesma forma, acreditando que o movimento na verdade geraria a “Lei da Mordaza” relatou à Câmara dos Deputados no dia 7 de junho de 2016<sup>91</sup>:

Por trás do conceito etéreo de imparcialidade, essa proposta inviabiliza a socialização do conhecimento em várias áreas, cerceia a atividade sindical e o movimento estudantil. Sua função no atual momento político é calar vozes e apagar a história, impedindo a discussão sobre qualquer assunto que possa levar os jovens a refletir e exigir mudanças sociais

Além da agremiação, o Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz, a Associação de Moradores do Bairro Adhemar Garcia, os sindicatos dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) e dos Servidores Públicos Municipais de Joinville e Região (Sinsej), o diretório central dos estudantes do Bom Jesus/Ielusc e a histórica Liberdade e Luta (Libelu) posicionaram-se contrários, relatando que, na verdade, o que os propagadores do movimento querem implantar, como afirmado pela antropóloga Maria Elisa Maximo e muitos outros docentes aqui expostos, é o pensamento único.

Em contrapartida a todas essas alegações e demais críticas alastradas pelo país, está descrito no nicho “Quem Somos” do endereço digital do Movimento o seguinte trecho:

Sabemos que o conhecimento é vulnerável à contaminação ideológica e que o ideal da perfeita neutralidade e objetividade é inatingível. Mas sabemos também que, como todo ideal, ele pode ser perseguido. Por isso, sustentamos que todo professor tem o dever ético e profissional de se esforçar para alcançar esse ideal.

Paralelamente, é fundamental que as escolas adotem medidas concretas para assegurar a diversidade de perspectivas ideológicas nos seus respectivos corpos docentes. Afinal, em matéria de conhecimento, o pior dos mundos é o do monopólio ideológico.”<sup>92</sup>

De acordo com a vereadora Pastora Léia (partido PSD), representante do Município de Joinville em Santa Catarina e personagem no embate aos estudantes supracitados, o programa

<sup>91</sup> <http://dc.clicrbs.com.br/sc/nos/noticia/2016/07/linha-de-montagem-escola-sem-partido-discute-a-neutralidade-do-ensino-no-pais-6473159.html>. Acesso em 04/08/2017

<sup>92</sup> <http://www.escolasempartido.org/objetivos>. Acesso em 04.08.2017

Escola Sem Partido tem a finalidade de atender aos princípios de neutralidade política, ideológica e religiosa, além do pluralismo de ideias e liberdade de crença, reconhecendo o aluno como o elo mais fraco na relação de aprendizagem.

Persiste a parlamentar, que o objetivo é de que todas as opiniões sejam respeitadas e que o professor não doutrine, apenas ensine<sup>93</sup>. Segundo o movimento e seus defensores, não há uma ideologia única a ser seguida, e segundo a vereadora, o debate não acabaria, uma vez que ainda em suas palavras, ele é “saudável em uma democracia”.

Para assegurar o que ela chama de "escola livre", o projeto estipularia uma série de regras ao docente, também já demonstradas no trabalho monográfico: não abusar da inexperiência, da falta de conhecimento ou da imaturidade do estudante para cooptá-lo para alguma corrente político-partidária; não favorecê-lo ou prejudicá-lo em razão de suas posições políticas, ideológicas, morais ou religiosas; não fazer propaganda político-partidária em sala de aula nem incitar o aluno a promover manifestações, atos públicos e passeatas. E, ao tratar de temas políticos, socioculturais e econômicos, mostrar as variadas versões, teorias, opiniões e perspectivas com a mesma profundidade e seriedade, exatamente como demonstrado no site do movimento e em todos os seus anteprojetos de lei.

Para concluir seu raciocínio, Léia afirma: “Não é no conteúdo programático que queremos mexer, é na ênfase a certas ideologias. Escola não é lugar de gente que olha só para um lado. Pode abordar qualquer assunto, só não pode pregar”.

Autor do Projeto de Lei 867/2015, o deputado Izalci Lucas (PSDB-DF) também defende a “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado, como reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado”. “Não é mordaça, nada disso do que estão falando, muito pelo contrário. O que estamos propondo já está na Constituição, só reforçamos a ideia de pluralismo no ensino brasileiro”. O pluralismo passa longe das salas de aula, segundo ele.

---

<sup>93</sup> <http://dc.clicrbs.com.br/sc/nos/noticia/2016/07/linha-de-montagem-escola-sem-partido-discute-a-neutralidade-do-ensino-no-pais-6473159.html>. Acesso em 04/08/2017.

Izalci afirma que a ideia não é fiscalizar nem punir ninguém. Para ele, o projeto soa como espécie de alerta de que o professor não pode nem deve fazer o que quer em sala de aula<sup>94</sup>. “Não podemos aceitar só o discurso petista, induzindo os alunos, desde o ensino infantil. E essas crianças influenciam os pais, especialmente em época de eleições. Queremos a discussão de todas as ideologias, queremos a fala de todos os partidos”.

Miguel Nagib, por sua vez, declara que os partidos esquerdistas não apoiam o ESP porque os mesmos estariam se beneficiando da prática da doutrinação nas escolas<sup>95</sup>.

Magno Malta, citado pela Doutora Denise Carreira, pastor evangélico e senador brasileiro pelo Espírito Santo, filiado ao Partido da República e idealizador do Projeto de Lei no Senado 193/2016, a qual Inclui entre as diretrizes e bases da educação o Programa Escola Sem Partido, expressa que a escola seria o lugar que abre a janela do conhecimento, mas que as escolas não estariam desempenhando esse papel desde que o PT (Partido dos Trabalhadores) assumiu a presidência da República<sup>96</sup>.

Para o senador, não seria uma questão de o programa necessariamente ter um viés político ou não, mas sim de haver uma pregação ideológica e partidária indiscutível nas escolas e nenhum aluno deve estar à mercê das opiniões de seu professor. Na mesma oportunidade, versou que já “ouve relatos sobre professores que tentam doutrinar ideologicamente nas escolas e que, mais uma vez, o ambiente escolar não poderia representar um instrumento para violar o que os pais ensinam no ambiente familiar de acordo com suas próprias convicções<sup>97</sup>”.

Novamente levando em conta a fala do deputado e professor Izalci Lucas Ferreira, este afirma que o governo tem atuado no sentido de promover a imagem do ex-presidente Lula e da ex-presidente Dilma Rousseff nos livros didáticos<sup>98</sup>, além da “exaltação ao comportamento

---

<sup>94</sup> <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/%E2%80%99Cescola-sem-partido%E2%80%99D-acirra-polemica-na-educacao/>. Acesso em 11/08/2017.

<sup>95</sup> <http://dc.clicrbs.com.br/sc/nos/noticia/2016/07/linha-de-montagem-escola-sem-partido-discute-a-neutralidade-do-ensino-no-pais-6473159.html>. Acesso em 04/08/2017

<sup>96</sup> <http://exame.abril.com.br/brasil/5-opinioes-sobre-a-escola-sem-partido-para-voce-formar-a-sua/>. Acesso em 04/08/2017.

<sup>97</sup> <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/26/mais-de-350-mil-internautas-ja-opinaram-sobre-o-programa-escola-sem-partido>. Acesso em 04/08/2017.

<sup>98</sup> <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-09-06/escola-sem-partido-quer-fim-da-doutrinação-de-esquerda.html>. Acesso em 04/08/2017.

homossexual”. O político completa seu raciocínio ao opinar que não pode discriminar, mas também não se pode exaltar comportamentos como o descrito<sup>99</sup>.

Ainda visando comprovação de que questões políticas voltadas a uma concepção de esquerda seria a protagonista nas escolas, o vereador Carlos Bolsonaro critica ao expor que “Eles querem dizer que o José Dirceu é herói. A doutrinação é total, a gente está vendo isso aí. O pai deve ter o direito de levar sua insatisfação para escola, para secretaria de educação. Se o menino é filho de religiosos, vai crescer pensando na história de Adão e Eva para falar sobre o começo da humanidade. Deve-se respeitar isso<sup>100</sup>”.

Antes às falas reproduzidas, vê-se que na maioria das vezes os argumentos utilizados para definir a neutralidade e o que se pretende nas escolas são os mesmos tanto para os defensores quanto para os opositores do movimento. Pretende-se uma “escola plural”, onde nenhum viés político seja único e dotado como predominante, bem como para os dois lados alega-se que a concepção contrária utiliza o termo neutralidade como estratégia.

Para os defensores, a “esquerda” pretende se manter no poder nas escolas ao afirmar que não há possibilidade de educação neutra; Enquanto que, para os opositores do movimento, existe uma vantagem explícita ao utilizar-se desses termos, vez que gera maior adesão e encobre suas ideologias e um viés político, na verdade, muito presente.

O grande diferencial no pensamento desses agentes, no entanto, consiste no conteúdo propriamente dito que é repassado no ambiente escolar. Aos defensores do ESP, os conteúdos ensinados nas escolas necessariamente não podem estar contra as convicções religiosas da família ou dos responsáveis dos alunos em questão, enquanto que para os opositores, a escola seria um ambiente de discussão e debate dos mesmos, podendo os jovens estar em livre dissonância com aquilo que se é aprendido no ambiente domiciliar.

Diante de tais argumentos, independentemente do claro embate político, vê-se um embate religioso e familiar que corre concomitantemente ao entendimento de neutralidade e

---

<sup>99</sup><https://www.brasil247.com/pt/colunistas/durvalangelo/247057/Escola-Sem-Partido-a-lei-da-morda%C3%A7a.htm>. Acesso em 05/08/2017.

<sup>100</sup><http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-09-06/escola-sem-partido-quer-fim-da-doutrinação-de-esquerda.html>. Acesso em 04/08/2017.

apartidarismo, motivo pelo qual começaremos novo capítulo acerca da família, neutralidade e educação. Na concepção dos protagonistas ao movimento, seriam tais agentes excludentes ou complementares?

## **V. A FAMÍLIA E A ESCOLA – EXCLUDENTES OU INCLUDENTES?**

### **V.I – O Papel de cada um desses agentes segundos os defensores e opositores ao Movimento.**

Versa o artigo 205 da Constituição Federal brasileira que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O artigo refere-se ao projeto de educação que, por meio de uma luta histórica, a sociedade conquistou: a educação deve ser, acima de tudo, democrática e garantir um desenvolvimento integral e que, em seu fim, promova a cidadania.

Seria de entendimento universal que o sujeito na condição de educando precisa ser respeitado e considerado em sua integralidade, inserido na sociedade sob uma perspectiva cidadã e autônoma, de exercício de plenos direitos civis, políticos e sociais.

Essa perspectiva, por sua vez, responde a um longo processo de evolução que remete a um projeto de educação com respaldo nas leis brasileiras, tais como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o mais recente Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

No entanto, como vimos até o presente momento no trabalho monográfico, o objetivo de que o ensino esteja em consonância com aquilo que é propagado no ambiente familiar dos alunos representa um dos pontos basilares para movimento. E por isso, a necessidade de analisar o que cada um dos agentes tem a dizer sobre essa realidade; ou ainda, se, em suas concepções, ela pode ser, até mesmo, plausível.

O anteprojeto de lei escrito por Miguel Nagib, já descreve no seu artigo primeiro a questão da influência dos pais no ensino:

**Art. 1º.** Fica criado, no âmbito do sistema estadual de ensino, o "Programa Escola sem Partido", atendidos os seguintes princípios:

VII - direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Parágrafo único. O Poder Público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer ou direcionar o natural desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da ideologia de gênero.

Ainda nesse sentido é descrito nos demais artigos do anteprojeto:

**Art. 2º.** São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades de cunho religioso ou moral que possam estar em conflito com as convicções dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

§ 1º. As escolas confessionais e as particulares cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, religiosos ou ideológicos, deverão obter dos pais ou responsáveis pelos estudantes, no ato da matrícula, autorização expressa para a veiculação de conteúdos identificados com os referidos princípios, valores e concepções.

§ 2º. Para os fins do disposto no § 1º deste artigo, as escolas deverão apresentar e entregar aos pais ou responsáveis pelos estudantes material informativo que possibilite o conhecimento dos temas ministrados e dos enfoques adotados.

**Art. 3º.** No exercício de suas funções, o professor:

V - respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;

**Art. 5º.** Professores, estudantes e pais ou responsáveis serão informados e educados sobre os limites éticos e jurídicos da atividade docente, especialmente no que tange aos princípios referidos no art. 1º desta Lei.

Por fim, na justificativa, tem-se os seguintes trechos acerca da mesma responsabilidade:

Ora, se cabe aos pais decidir o que seus filhos devem aprender em matéria de moral, nem o governo, nem a escola, nem os professores têm o direito de usar a sala de aula para tratar de conteúdos morais que não tenham sido previamente aprovados pelos pais dos alunos;

[...]

Note-se por fim, que o projeto não deixa de atender à especificidade das instituições confessionais e particulares cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, às quais reconhece expressamente o direito de veicular e promover os princípios, valores e concepções que as definem, exigindo-se, apenas, a ciência e o consentimento expressos por parte dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

Nagib, diante de inúmeras entrevistas como, por exemplo, a realizada pela Revista Profissão Mestre costuma citar para embasar a necessidade de afinidade do conteúdo escolar com o pensamento dos familiares, o artigo 12, inciso IV, da Convenção Americana sobre



Direitos Humanos – como já citado no trabalho monográfico - responsável por expor que os pais “têm direito a que seus filhos e pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções<sup>101</sup>”.

Ainda na entrevista à Profissão Mestre, quando indagado acerca da “consciência dos pais quanto à influência que o professor pode exercer na formação do indivíduo em desenvolvimento”, o advogado replicou que a “maioria não está nem aí”. Completa seu raciocínio expondo que os próprios professores consideraram que o principal problema da sala de aula seria a ausência dos pais no processo educativo, além da seguinte reflexão:

Agora, por incrível que pareça, muitos pais aprovam que seus filhos sejam doutrinados. Ingenuamente, eles acreditam na balela do “pensamento crítico” (atenção: nós defendemos, com unhas e dentes, o pensamento crítico. Mas isso que está aí não tem nada de verdadeiramente crítico. É ideologia barata a serviço de interesses políticos, partidários e eleitorais).

Fernando Abrucio, por sua vez, afirma categoricamente que um grande equívoco do movimento é acreditar que a escola é a extensão da casa dos pais dos alunos e que todos os modelos internacionais de educação seguem esse pressuposto, uma vez que partiriam da visão que a escola tem um papel importantíssimo na socialização das pessoas, dando elementos que são fundamentais para os indivíduos se desenvolverem intelectualmente e no plano dos valores.

Seria evidente para o Doutor, que há uma soma quanto à família e outros universos presentes na formação dos indivíduos e que, justamente por haver um contraste de ideias e experiências - ou seja, um mínimo de conflito - é que o aluno constrói sua visão de mundo. A tentativa de evitar essa relação seria prender os filhos a pensamentos iguais aos de seus genitores o que geraria uma visão anacrônica de mundo. Na mesma oportunidade, explicita pensamento de Immanuel Kant<sup>102</sup> de que “não se deve condenar os jovens à minoridade intelectual e emocional”.

A cidadania, para Abrucio, depende de ambientes marcados pela diversidade de ideias e experiências; seriam esses valores justamente aos quais faltariam no âmago do movimento. E assim, afirma:

Se os valores dos pais não podem, em hipótese alguma, ser colocados em questão pelos professores e pelo coordenador pedagógico, os quais não podem expressar suas

---

<sup>101</sup> <http://escolasempartido.org/midia/395-entrevista-de-miguel-nagib-a-revista-profissao-mestre>. Acesso em 04./08/2017

<sup>102</sup> Kant, filósofo prussiano, foi considerado como o principal filósofo da era moderna. Operou, na epistemologia, uma síntese entre o racionalismo continental, e a tradição empírica inglesa.

visões de mundo nem fomentar o debate para além do aprendizado adquirido no universo familiar, o resultado final seria a morte da escola como instituição viva e essencial na formação de pessoas livres e autônomas, das ideias da modernidade e que serão ainda mais essenciais no século XXI. O movimento Escola Sem Partido baseia-se em diagnóstico e prognósticos errados.

Não obstante, alega que as novas gerações deveriam ir além do que pensam suas famílias, para que possa ser construído um mundo melhor do que o de seus ancestrais<sup>103</sup>.

Joana Salém Vasconcelos<sup>104</sup>, diante de sua formação em História já mencionada, utiliza argumento nessa área de que o sistema educacional brasileiro atual é inspirado na escola conquistada perante à Revolução Francesa, onde cansados de privilégios aristocráticos à educação, o povo se rebelou, gerando uma utopia de cidadãos livres e iguais. Retirar a educação do âmbito privado familiar e torná-la uma responsabilidade do Estado era, à época, condição necessária para a formação da nova cidadania aspirada, capaz de desenvolver as bases sociais da República.

Dessa forma, a escola no século XIX era composta não mais de uma parcela ínfima e privilegiada da população, mas de filhos de comerciantes, camponeses, industriais e operários, todos integrantes de uma mesma realidade fática.

Para a estudiosa, a diversidade de culturas e ideologias familiares na escola é intermediada pelos filhos ali presentes, o que favoreceria enormemente a formação de uma nova geração pautada na sociedade democrática. Assim, cabe aos educadores promover a diversidade como um valor intrínseco à democracia e não reproduzir particularismos familiares.

Conclui seu pensamento ao expor que no fim das contas, o movimento Escola Sem Partido pretenderia, assim, limitar a Educação Brasileira aos parâmetros privados de cada família, aniquilando o componente emancipatório da escola pública, ou seja, o convívio com a diversidade e com a contradição que seriam necessários à evolução do cidadão escolar.

Reiterando tal perspectiva, Maria Virginia de Freitas<sup>105</sup> afirma que não só a censura aos professores implica a negação do direito à educação aos estudantes, como o reforço à autoridade familiar cria ainda mais obstáculos para que se possa efetivamente reformular o espaço da

---

<sup>103</sup> ABRUCIO, Fernando. **Ideologia do Movimento Escola Sem Partido**. In: *Contra Escola Sem Sentido*. 1ª Ed. São Paulo. Ação Educativa. 2016.

<sup>104</sup> SALÉM VASCONCELOS, Joana. **Ideologia do Movimento Escola Sem partido**. In: “A Escola, o Autoritarismo e a Emancipação”. 1ª Ed. São Paulo. Ação educativa. 2016.

<sup>105</sup> Virginia de Freitas, Maria. *Jovens, Escola Democrática e Proposta do “Escola Sem Partido”*.

escola a partir de um diálogo aberto com os jovens, a partir do qual seria possível promover, por meio de experiências inovadoras, um ensino mais conectado à autonomia e à cidadania.

Denise Carreira, como coordenadora-adjunta da Ação Educativa e ex-coordenadora da Campanha Nacional de Educação e Relatora Nacional da Educação da Plataforma DHESCA Brasil, minudou texto realizado especialmente aos pais e responsáveis pelos estudantes<sup>106</sup>.

Indaga a autora, se “O Escola Sem Partido defende os interesses da família?”. Para responder a essa pergunta que aqui nos cerca, Carreira expõe que é essencial definir, na verdade, qual família estaria no escopo do movimento. Para ela, “o movimento reconhece somente como legítima a chamada família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, a partir de um relação formal de matrimônio<sup>107</sup>”.

No entanto, a realidade fática brasileira é caracterizada por muitos outros tipos de arranjos familiares: famílias que contam somente com a mãe ou o pai e filhos; famílias ampliadas compostas por vários núcleos familiares; famílias recompostas por novas uniões conjugais; famílias lideradas pelas avós e avôs; famílias de casais homossexuais; famílias que se desenvolveram por meio de vínculos de adoção ou de amizade etc. Para completar, observa-se, também, que as mulheres cada vez mais ocupam novos lugares na sociedade brasileira, sendo cerca de 40% das famílias brasileiras chefiadas por elas.

Assim, diante da fala de Carreira, podemos pontuar outra questão importantíssima para a análise do movimento. Qual seria a família detentora de fala na realidade exposta pelo ESP? Se for defendido um contexto neutro e plural nas escolas, dever-se-ia estender tais entendimentos à família, que é o núcleo capaz de influenciar o ensino nas mesmas. Mas, segundo o que é exposto pelos defensores, a única família detentora de voz e representatividade no programa seria, atualmente, aquela que podemos não mais chamar de modelo e/ou única realidade social, como negligenciadamente era representada. Predominante outrora a família patriarcal, heterossexual, composta pelo matrimônio formal, hodiernamente as famílias cada vez mais se modernizam e modificam o contexto em que se inserem.

Mesmo diante de uma realidade mista que poderia ser comprovada no dia a dia da sociedade brasileira, defende a autora que justamente essa diferença na família tradicional

---

<sup>106</sup> Carreira, Denise. No Chão da Escola: Conversando com Famílias E Profissionais da Educação sobre o Escola Sem Partido. Ação Educativa. 2016.

<sup>107</sup> Carreira, Denise. No chão da Escola: Conversando com famílias e profissionais da educação sobre o escola sem partido. Ação educativa. 2016. Pág. 131.

brasileira seria considerada uma ameaça aos defensores do movimento, inclusive a partir do momento em que as “novas” famílias supracitadas são denominadas como “famílias desestruturadas”.

Decerto que a concepção de família se modificou ao longo das demandas sociais, e já é previsto legalmente pela Constituição Federal que a capacidade de prover afeto, proteção e segurança para seus integrantes representa a principal característica para que se configure um núcleo familiar, características as quais são contestadas pela organização das famílias mais tradicionais.

Assim sendo, destaca que a defesa da família tradicional pelo Escola sem Partido também teria base na ligação desse movimento com os grupos religiosos, já analisada pelo presente trabalho monográfico. Apesar de afirmar-se como um movimento laico, ficou comprovado – e aqui, é reiterado pela autora – que muitos dos integrantes do ESP integram esses grupos.

É chegada a hora, portanto, de analisarmos o artigo 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, dispositivo tão utilizado por Nagib e seus defensores, para justificar o papel que seria inegável dos responsáveis na formação de seus filhos. Segue o dispositivo:

## Capítulo II - DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

### **Artigo 12** – Liberdade de consciência e de religião.

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de consciência e de religião. Esse direito implica a liberdade de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças, bem como a liberdade de professar e divulgar sua religião ou suas crenças, individual ou coletivamente, tanto em público como em privado.
2. Ninguém pode ser submetido a medidas restritivas que possam limitar sua liberdade de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças.
3. A liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças está sujeita apenas às limitações previstas em lei e que se façam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.
4. Os pais e, quando for o caso, os tutores, têm direito a que seus filhos e pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Necessário, no entanto, descrever o contexto em que a Convenção mencionada, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, foi planejada e em qual contexto. Subscrita

em 22 de novembro de 1969, entrou em vigor em 18 de julho de 1978 e até hoje é utilizada como base ao sistema interamericano de proteção aos Direitos Humanos de todos os Estados signatários. Posteriormente, a Convenção de Viena sobre tratados de 1969, estabelece o conceito do *Jus Cogens*, reforçando de forma significativa, alguns direitos humanos firmados em 1948. Ao atribuir *status* diferenciado a estes, impede que, os Estados-membros da comunidade internacional os violem, transformando-os em “direitos primordiais” na esfera internacional.

Além de reproduzir um sistema global de proteção, pautado mais em uma relação interpartes, é importantíssimo que as peculiaridades de cada região signatária sejam respeitadas. Para assegurar a tutela destes direitos, é preciso, antes de qualquer medida, que se conheça, em âmbito regional, a realidade sociopolítica e cultural destas regiões, criando um sistema eficaz para assegurar a tutela destes direitos.

Ao destacar o item 4, sem a devida contextualização e limitações explicitadas na totalidade do artigo 12, que aborda liberdade de consciência e religião, como feito pelo advogado coordenador do movimento, segundo as docentes, a leitura induz à percepção de uma supremacia dos valores familiares em detrimento das limitações legais de proteção à moral pública e liberdades e direitos de todos.

Fernando Penna, professor pela Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e um dos fundadores do grupo “Professores contra o Escola sem Partido”, reafirma que o movimento tenta extinguir o papel do educador. “No site do movimento Escola sem Partido, é dito que o professor não é educador, e sim transmissor de conhecimento. É representado como sequestrador intelectual. E os alunos aparecem como se fossem folhas em branco, sem autonomia. No site, chega a falar em ‘síndrome de Estocolmo’, em que os alunos são vítimas de sequestro intelectual e doutrinados pelo professor”, e que os pais devem ter total e absoluto controle sobre eles.

Ainda nesse sentido a Procuradora Federal Deborah Duprat expressa que o projeto “subverte a atual ordem constitucional” ao confundir a educação escolar com aquela que é fornecida pelos pais, e com isso gera uma desordem com o espaço público e privado<sup>108</sup>.

---

<sup>108</sup> <http://g1.globo.com/educacao/noticia/nao-ha-ensino-neutro-diz-procuradora-sobre-escola-sem-partido.ghtml>. Acesso em 01/09/2017.

Ademais, a educação em casa seria “insuficiente”, uma vez que o convívio com perspectivas diferentes seria essencial para a formação dos indivíduos.

A criança vai para a escola porque a educação em casa é insuficiente, ela precisa conviver com outras visões de mundo. Você se forma, você não é uma réplica dos seus pais. Ninguém pode pretender que seus filhos reproduzam integralmente aquilo que seus pais são. São pessoas que se formam em vários contextos comunicativos, na escola, na vizinhança, no parquinho, nas atividades lúdicas.

Daniel Cara afirma que se vingarem os projetos de lei em trâmite acerca do Movimento Escola Sem Partido, emergirá uma escola sem voz, liberdade, divergências, cidadania, questionamento, reflexão, política, economia, artes, apropriação de cultura, ou seja, o que para ele é uma verdadeira escola sem educação. E assim, a escolha familiar seria a de uma educação vazia e medíocre, uma vez que limita a educação a visão de mundo de seus filhos.

Apontando uma lacuna considerável nas escolas já vigentes, indaga o autor se o vigor do movimento Escola sem Partido criaria uma realidade brasileira ainda mais distante de seu compromisso constitucional de consagrar o direito à educação de qualidade, vez que pretende banir as diferenças e promover que seus progênitros apenas estudem aquilo que seus genitores aceitam e defendem.

Por isso, passamos a discutir nesse momento, de quem é a obrigatoriedade desse ensino. Através do olhar desses “nativos” no ESP, a educação é papel obrigatório, de fato, dos pais ou do poder público? E será, que ainda sim, ela consegue ser neutra?

## **V.II – A educação como dever (de quem?!).**

A partir do momento em que é suscitado o papel da família, passamos a tentar compreender o que seria a educação neutra buscada pelo movimento e por esses genitores e qual seu papel efetivo na sociedade.

De forma primeira, de acordo com Salomão Ximenes, a educação escolar não pode ser neutra, já em consonância ao art. 205 da Constituição detalhado anteriormente e diversas outras normas e tratados internacionais.

Ainda segundo o catedrático, os objetivos educacionais amplos estariam, também, previstos no art. 26, parágrafo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos; art. 5º, ‘a’, da Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, art. 13 do Pacto

Internacional de Direitos Econômicos, art. 7º da Convenção contra a Discriminação Racial; art. 1º da Convenção sobre os Direitos da Mulher e art. 29, parágrafo 1º, da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Se é verdade que o Estado, a família e a sociedade têm que perseguir tais objetivos por todos os meios, através dos diferentes tipos de educação, não apenas da educação escolar, também é verdade que há um conjunto de objetivos educacionais públicos que devem ser assegurados pelo poder público a despeito dos limites de compreensão e das concepções morais, políticas e religiosas das famílias. Essa seria a própria definição da escola republicana, além de expressão da ideia de educação para a cidadania.

Nesse ponto, para Salomão é necessário remeter à distinção entre educação e ensino ou, de forma mais detalhada, entre educação não-formal, informal e formal, todas elas juridicamente protegidas, ainda que exercidas de diferentes maneiras.

1. A EDUCAÇÃO FORMAL seria constituída pelo sistema educativo com alto grau de institucionalização, estruturando-se cronológica e hierarquicamente em diferentes níveis, estendendo-se desde a educação infantil aos níveis mais elevados do ensino, com progressão fortemente regulada e mediante certificação de desempenho. É essa modalidade – educação formal ou ensino – que deve ser assegurada de forma universal, obrigatória e gratuita pelo Estado na faixa etária dos 4 aos 17 anos de idade.

2. A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL, mesmo constituindo uma espécie de ensino estruturado, é toda atividade educativa organizada sistematicamente, fora do ensino oficial ofertado diretamente pelo Estado ou por ele regulado, sendo destinada a facilitar a aprendizagem de conteúdos específicos por determinados grupos de crianças, jovens e adultos. A educação não formal tem como objetivo uma certificação oficial (titulação) do estudante. Seriam os cursos livres, assim como formações desenvolvidas por igrejas, associações civis, sindicatos, empresas etc.

3. Já a EDUCAÇÃO INFORMAL, em sentido amplo, abrange todo processo formativo que envolva troca de conhecimentos, experiências, valores e atitudes, que ocorre na sociedade, na comunidade e na família como um processo que dura toda a vida, já que decorre da capacidade humana de acumular conhecimentos, experiências, habilidade e atitudes e da possibilidade de repassá-los aos demais indivíduos através de práticas educacionais informais.

Dessa forma, para o Mestre Ximenes, reconhecer que o direito à educação protege essas três modalidades não significa dizer que seus regimes jurídicos são iguais. As modalidades de educação informal e não-formal devem ser respeitadas e protegidas pelo Estado, desde que não violem os parâmetros de direitos humanos e integridade dos educandos. Já a modalidade formal, escolar, deve ser provida do Estado, diretamente ou através da regulação da oferta privada, como forma de assegurar a realização dos objetivos públicos na educação escolar.

Tendo, assim, para o catedrático, uma diferença clara entre os tipos de educação e qual o papel do Estado, não há que se falar segundo os argumentos apontados aqui em apenas um tipo de educação, a qual seria papel do Estado ou do âmbito familiar, mas três tipos diferentes de educação que se complementam. No âmbito formal da educação, é papel do Estado e não da família, naturalmente, de exercer.

Ximenes chega à conclusão de que o Movimento Escola sem Partido, na prática, tem como objetivo subverter a diferenciação necessária entre a educação formal, um bem público mesmo quando ofertado pela iniciativa privada; e a educação não formal, realizada no âmbito das comunidades de fé ou dos partidos políticos, por exemplo; e a educação informal, esta sim, uma atribuição corriqueira da família e da comunidade, que acontece ainda que de forma inconsciente enquanto dimensão de socialização.

Promover uma “EDUCAÇÃO NEUTRA”, seria para o Mestre, afirmar que cabe à educação escolar formal tão somente reproduzir a ideologia e a cultura transmitidas nas demais instâncias educacionais, ainda que essas comumente sejam discriminatórias, machistas, misóginas, racistas, insensíveis às injustiças econômicas etc. Ou seja, uma educação escolar sem objetivos político-pedagógicos relevantes, nula e, por isso, incompatível com o regime constitucional e o próprio direito humano à educação.

É nesse contexto que os ideólogos do movimento também, segundo Salomão, subvertem o sentido do dispositivo presente tanto na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos como em outros tratados internacionais, que estabelecem, como componente do direito à educação, que “os pais teriam direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”.

Esse dispositivo, tido como central na fundamentação do movimento, não poderia segundo sua fundamentação ser lido de forma descontextualizada e isolada como é o proposto, mas sim enquanto parte do direito à educação em sentido amplo, principalmente o respeito e



proteção à educação não-formal e informal, proibindo que o Estado venha a limitar a disseminação de concepções religiosas ou políticas enquanto dimensões de liberdade ou mesmo que venha a proibir o funcionamento de escolas confessionais ou comunitárias, criadas com propósitos específicos.

Assim, para o Doutor, preservar o direito dos pais nos âmbitos informal e não-formal não seria incompatível com o tratamento de questões morais, políticas e sexuais na educação formal pública, muito pelo contrário, já que a inclusão de tais temas no currículo é parte do direito dos estudantes de ver ampliados seus direitos referenciais a partir de concepções diversas, republicanas e científicas, todas necessárias ao pleno exercício da autonomia individual e da cidadania. O direito de escolha dos pais, portanto, não pode ser interpretado como um direito absoluto que se sobreponha aos objetivos educacionais públicos definidos nas normas educacionais, nos projetos pedagógicos e na abordagem didática dos docentes.

Dizer, isso, por outro lado, seria evidente para Ximenes que não esvazia o direito dos pais, já que esses continuarão atuando nas demais dimensões da educação sobre as quais é praticamente nula a intervenção direta dos agentes estatais.

O direito à educação formal, por sua vez, está amplamente regulado e protegido nos artigos 206 (utilizado, como já demonstrado, diversas vezes pelo próprio movimento) e 214 da Constituição Federal.

Seguem os dispositivos:

**Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola
  - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
  - III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
  - IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
  - V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
  - VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
  - VII - garantia de padrão de qualidade
  - VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
- Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Art. 214.** A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Segundo o docente, uma vez contra esses dispositivos constitucionais – mesmos utilizados como objeto de defesa pelo ESP – na prática, ao impor as concepções religiosas, políticas e morais dos pais e das comunidades, pretende-se retirar a autonomia relativa das escolas e dos professores na produção de suas propostas pedagógicas, que por sua vez, seria condição para construção de ambientes educacionais plurais.

Sobre estes princípios constitucionais, Ximenes destaca seus papéis na garantia de um amplo espaço de liberdade no ensino e na aprendizagem, de uma liberdade que é requisito para a convivência de diferentes perspectivas político-pedagógicas em uma mesma rede de ensino ou escola. Essa diversidade e até mesmo o eventual conflito de concepções é o que, para Salomão, longe de representar uma ameaça ao direito à educação dos estudantes, seria condição para a garantia do direito à qualidade na educação em uma sociedade plural e democrática.

Por isso, para que se chegue à realidade que o autor propõe seria necessário um tipo de regime de trabalho docente que permita aos professores desempenhar adequadamente sua liberdade de ensino e, quanto à liberdade na aprendizagem, que incentive a adoção de métodos pedagógicos que preservem o espaço de liberdade dos estudantes.

Defende, por fim, que os professores não seriam meros reprodutores de conteúdo e métodos customizados externamente ao processo de ensino, mas que se deveria esperar que os mesmos trabalhem como intelectuais capazes de construir seu próprio percurso profissional e pedagógico, com responsabilidade e honestidade. É nesse sentido que a liberdade de ensinar e aprender se contraporia à alienação do trabalho docente e da aprendizagem pretendida na proposta de – nas palavras do autor – o que seria um amordaçamento pelo movimento.

Ressalta que isso não representaria *liberdade absoluta* no ensino, o que, inclusive, o *descaracteriza enquanto educação formal*. É evidente que, inclusive por se tratar de um ensino organizado e de tamanha importância à sociedade e aos indivíduos que nela se situam, que há objetivos educacionais, componentes curriculares, deveres funcionais, conhecimentos científicos e contextos específicos que relativizam o exercício de tais liberdades. Mas, muito diferente disso seria o que está no âmbito do movimento, de cerceamento absoluto e a priori da liberdade quanto ao tratamento de determinados fenômenos sociais que devem ser estudados

justamente porque são parte constitutiva do direito dos estudantes. Os estudantes, diferentemente da concepção tutelar ou de “vulnerabilidade” inscrita nos projetos, teriam assegurada sua liberdade de aprender em um ambiente plural.

Afirma Salomão Ximenes que a inconstitucionalidade seria evidente do Projeto, o que não impede de causar efeitos alarmantes na sociedade.

Denise Carreira, Doutora já honradamente mencionada no trabalho monográfico, indaga: “Discutir política é algo ruim?” Para o movimento, incita que a resposta seria positiva se entendermos a política “como um jeito de buscar coletivamente soluções para problemas e desafios que afetam as comunidades e sociedades”. Para exercer a política precisaríamos expressar nossas opiniões, aprender a ouvir as de outrem, além de dialogar e negociar soluções em prol do interesse público, o que não seria incentivado pelo movimento.

Dessa forma, se acreditamos que a política é algo ruim, como parece ser defendido pelo ESP segundo a docente, deixamos de participar das decisões que afetam nossas famílias e comunidades. Se não participamos, alguém tomará tais decisões por nós, e assim, por consequência natural deixamos que a política fique nas mãos de alguns poucos. Seria, possível concluir, então, que o ESP defende que as decisões continuem sendo tomadas por aqueles setores da sociedade que ao longo de séculos de história brasileira decidiram sem a participação da população e em prol dos seus próprios interesses. Setores contrários à ampliação da igualdade no Brasil.

Carreira reafirma seu raciocínio, ao suscitar que:

A política não é somente exercida por meio de governos, partidos, entidades empresariais, associações, sindicatos, movimentos sociais etc, mas também é exercida no conselho escolar, no grêmio estudantil, nas associações de mães, pais e mestres, nos coletivos juvenis e de cultura e em vários outros espaços do cotidiano da vida, no dia a dia das pessoas. A política está presente o tempo todo na nossa vida, inclusive na forma como nos relacionamos no lugar de trabalho, nas comunidades e nas famílias, nas ruas e nas casas, com as pessoas ao nosso redor<sup>109</sup>.

Assim, a política bem como a educação seriam instrumentos essenciais para compreendermos a vida cotidiana e exercê-la de uma maneira crítica e consciente. Podemos dizer que Foucault não só concorda com essa linha de pensamento, como a desenvolveu ao

---

<sup>109</sup> Carreira, Denise. No chão da Escola: Conversando com famílias e profissionais da educação sobre o escola sem partido. 1ª Ed. São Paulo. Ação educativa. 2016.

afirmar que “‘as mesmas luzes’ que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas”.

Dessa forma, entramos no penúltimo capítulo, totalmente dedicado ao filósofo, para que assim, possamos concluir todos os argumentos e pensamentos expostos à luz de concepções importantíssimas por ele propagadas: o discurso e a linguagem, e principalmente, as relações de poder.

## **VI - O PENSAMENTO FOUCAULTIANO À LUZ DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO.**

### **VI.I. Discurso e linguagem para Foucault**

Antes mesmo de compreender a relação de poder que se instaura diante dos principais agentes no movimento, torna-se essencial o olhar a um de seus instrumentos mais importantes, a linguagem. Previamente à análise do porquê algo é dito ou como é propagado, é necessário analisarmos as falas expostas como um meio, uma ferramenta para o que cada um dos personagens principais, em contato com o movimento, pretende.

Miguel Nagib, ao afirmar que há uma doutrinação nas escolas e declarando-a ameaçadora, expõe a necessidade de um movimento intitulado “Sem Partido” para que o *status quo* seja quebrado. Como analisado no trabalho monográfico, diversos são os sentidos atribuídos à doutrina, ao ato de doutrinar, bem como às noções de liberdade, neutralidade e ideologia. Na apropriação natural do discurso, o indivíduo utiliza-se desses termos à luz de uma significação própria, para alcançar, enfim, seu objetivo.

A partir do momento em que o movimento *alerta* um contexto prejudicial e perigoso aos responsáveis, onde os educandos estariam sendo *manipulados* e expostos a um ensino discrepante ao de suas vontades, Nagib e seus defensores compõem uma realidade necessariamente prejudicada, a qual somente diante de suas medidas poderia deixar de ser corrompida, e, assim, alcançada a *neutralidade* a que se pretende nas escolas.

Para tanto, é necessário que o discurso seja atraente e devidamente construído, a fim de convencer o interlocutor de que há um problema na realidade escolar e, conseqüentemente, induzi-lo de que a mudança é necessária.

O exercício proposto ao trabalho monográfico, bem como à filosofia de Foucault, é o desconfiar da ordem das coisas, daquilo que é normativo, das linhas de divisão tais como definem algo normal ou anormal, lógico ou ilógico. Foucault deixa claro em seus escritos que o que está em jogo é o estranhamento que perturba a nossa percepção do mundo, do mesmo e do outro. É essa experiência de estranhamento que culmina à Filosofia, que é capaz de engendrar em nós a experiência de olhar tudo e todos com outros olhos.

Nesse sentido, uma questão importante, apresentada em sua obra “*As palavras e as coisas*”, e capaz de estabelecermos uma relação direta com o movimento Escola sem Partido é: “Que relação existe entre a linguagem e o ser do homem?”<sup>110</sup>.

É inegável que há uma relação intrínseca entre a linguagem e o sujeito. É através da linguagem que é possível ao homem conhecer o mundo e a si, representar o seu pensamento, ter ciência da sua condição<sup>111</sup>. O discurso é o único meio disponível para se chegar a certo conhecimento do homem enquanto sujeito, e do mundo enquanto fenômeno, pois o que há entre as palavras e as coisas? A linguagem.

Ela que é pronunciada por este sujeito que ao mesmo tempo é seu enunciador e enunciado. É ela que permite ao homem a ordenação e a representação do pensamento, e por isso, seria impossível falar do homem sem falar antes da linguagem. Em um contexto de luta político-ideológica, como o qual nos deparamos a partir do movimento, cabe a lógica foucaultiana de que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar<sup>112</sup>”.

A verdade é aquilo que dizemos ser verdadeiro<sup>113</sup>, e assim, para cada um dos agentes sociais, os quais defendem ou acusam o projeto, é dada para si uma verdade, na qual, de acordo com suas visões de mundo, apodera-se de um sentido que lhes é mais conveniente e adequado aos seus discursos.

<sup>110</sup> Foucault, 2007, p. 468.

<sup>111</sup> [http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es/eSSe72/2011esse72\\_eapereira.pdf](http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es/eSSe72/2011esse72_eapereira.pdf). Acesso em 01/10/2017. (Sujeito e linguagem em *As palavras e as coisas*, de Michel Foucault, de Everton Almeida Pereira).

<sup>112</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5ª edição. São Paulo/SP. Edições Loyola. 1999. p.10

<sup>113</sup> <http://www.scielo.br/pdf/trans/v29n2/v29n2a06.pdf>. (Foucault: Uma história crítica da verdade). Acesso em 02/10/2017.

Ao passo que para os defensores do movimento, a concepção de doutrina atribuída ao ensino é prejudicial para seus filhos e impede um ensino completo (o qual deveria ser pautado na neutralidade e pluralidade de conceitos); Na concepção dos opositores, essa doutrina não só é inexistente como mal interpretada. Na verdade, o que haveria nas escolas, seria apenas o livre espaço para senso crítico e diferentes formas de expressão, o que construiria no educando senso de cidadania e tolerância, além de um crescimento pessoal difícil de ocorrer somente no ambiente familiar.

Dessa forma, aquilo que se diz está, sempre e inexoravelmente, condicionado pelo ato de dizer, ao modo que se fala e o que se pretende. Como explica Foucault, “a linguagem está enraizada não na coisa percebida, mas no sujeito ativo”, e por isso, representa mais o produto do desejo e daquilo que se anseia. Nas palavras do filósofo, a linguagem traduz o querer fundamental daqueles que falam.

Assim, vemos grupos organizados, espaços de luta, que se utilizam dos discursos que em suas concepções possuem maior adequação, para propagar ideias e ganhar adeptos, exercendo o poder em outros indivíduos para que estes, convencidos e “dominados” por aquela ideia, também a propaguem.

Tais organizações, em um contexto moderno e conectado, na maioria das vezes, se utilizam da internet e das páginas do mundo digital para o livre exercício de seu pensamento. Como, por exemplo, o *site* do Escola sem Partido<sup>114</sup>, diversas vezes mencionado e analisado no trabalho monográfico; sem contar, é claro, com todas as entrevistas e colunas digitais onde as opiniões são propagadas com a mesma intensidade.

Em contrapartida, (re)agindo ao movimento, percebemos a construção de páginas e grupos que, por sua vez, se estabelecem contra o discurso primeiro, não se identificando com o mesmo e, muitas vezes, discordando em sua totalidade. Logo, exercem o seu poder, diante da necessidade de divergir do Escola sem Partido e assim, manifestar suas opiniões. Crescem em si, visando conter diretamente a força daquele que pretende modificar uma realidade em que não acreditam. É o poder vinculado diretamente ao direito e exercício da resistência.

---

<sup>114</sup> Site oficial do Movimento Escola sem Partido - <http://www.escolasempartido.org/>

Os movimentos Professores Contra o Escola sem Partido e Frente Nacional Escola sem Mordação, também mencionados no presente trabalho e dos quais foram retiradas diversas falas dos docentes - são grandes exemplos.

É através do discurso, portanto, que esses movimentos se identificam, nascem e se desenvolvem, mas é a partir do poder que exercem seus papéis na sociedade e resistem, existem.

Como alegado por Alexandre Veiga-Neto na obra “*Foucault & a Educação*”<sup>115</sup>, os discursos não estão ancorados, mas se distribuem difusamente pelo tecido social, de modo a marcar o pensamento de cada época, cada grupo, em cada lugar.

Ademais, para que seu discurso seja devidamente alastrado, muitos são os objetos, instrumentos de luta que o permitem. A saber, no movimento a qual pretendi analisar, o direito positivo é utilizado pelos dois grupos como base teórica para seus argumentos e construção lógica do pensamento.

A eficácia do poder, dependeria, portanto, do modo como ele está vinculado em uma manifestação discursiva. “O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder”<sup>116</sup>. Dizer que o poder está ligado à produção dos discursos e que estes o manifestam, não significa que o poder seja fonte ou origem de um discurso, nem mesmo que o poder seja o sentido do discurso, no entanto, este representa um dos elementos essenciais ao conjunto de componentes do poder. Para o francês, “O discurso é uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder”<sup>117</sup>.

A linguagem não é somente uma forma de expressão ou o meio para se entender uma realidade externa ao sujeito, mas também é o que permite serem utilizados verdadeiros objetos e instrumentos de luta para que, assim, o poder seja exercido. Por isso, é chegada a hora de analisarmos essa relação complexa e difundida nas lentes do filósofo francês.

---

<sup>115</sup> Veiga-neto, Alfredo. **Foucault & e Educação**. 1ª ed. *E-book*. 2007

<sup>116</sup> FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*, p. 253.

<sup>117</sup> FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*, p. 254.

## VI. II. O poder em Foucault e o movimento ESP

### VI. II. I. Ações sobre ações. Sujeitos sobre sujeitos.

Uma vez compreendida a instrumentalização da linguagem, torna-se essencial analisar a forma de poder por ela também exercida. Por mais que sejam diversas as formas em que o poder tem a capacidade de se materializar, a linguagem é, sem dúvida, uma das mais eficazes.

Vale dizer que a violência, na concepção Foucaultiana, raramente pode ser visto como uma forma de poder, já que salvo exceções, estaríamos diante de um contexto de escravidão ou servidão propriamente dita, o que desconfigura seu exercício. Dessa forma, as (re)ações de sujeitos livres para com outros na mesma situação é o que nos serve nesse caso. A linguagem, o discurso e argumentação as suas principais ferramentas de persuasão, indo muito além da concepção de dominação física ou menos complexa que pode ser pensada em um primeiro momento.

Constata-se que o poder está por toda a parte e provoca ações ora no campo do direito, ora no da verdade, bem como representa uma relação flutuante. Enquanto o saber está em uma relação de formas e conteúdos, o poder não está nem em uma instituição nem em ninguém. Por isso, o exercício do poder não é simplesmente uma relação entre “parceiros” ou coletivos, mas sim um *modo de ação de alguns sobre outros*. Nesse sentido, completa Foucault que é possível a luta contra padrões de pensamentos e comportamentos, mas impossível se livrar das relações de poder.

Destarte, o “poder” que analiso aqui, é aquele que coloca em jogo relações entre indivíduos e um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras. Sem dúvida, *comunicar e exercer o poder são sempre formas de agir sobre o outro ou os outros. É a ação de “uns” sobre os “outros”*.

O poder opera sobre o campo onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável no limite, ele coage ou impede absolutamente; mas é sempre um modo de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Mais uma vez: Uma ação sobre ações.

Completa o filósofo que “o termo ‘conduta’, apesar de equivocado, talvez seja um dos que melhor permite atingir aquilo que há de específico nas relações de poder. A ‘conduta’ é, ao



mesmo tempo, o ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder, na verdade, consiste em ‘conduzir condutas’.

Insta ressaltar, que diante todos os depoimentos colhidos e expostos nesta pesquisa, pude concluir a relação de poder como um modo de ação sobre ações e que as relações de poder se enraízam profundamente no nexos social e em suas organizações; São indivíduos perante uma determinada sociedade que da maneira que lhes convém e é possibilitado o exercício do poder, assim influenciam e reagem uns aos outros.

Como visto no trabalho monográfico, logo após ganhar maior destaque na mídia e na esfera legislativa, é possível exemplificar essa relação de poder entre o movimento e sua contrapartida, a partir da criação de grupos como a *Frente Nacional Escola Sem Mordança* ou *Professores Contra o Escola Sem Partido*, diante da organização primeira do próprio movimento ESP, bem como todos depoimentos de os profissionais da educação e políticos que também prontamente contestaram e reagiram à primeira organização.

São produzidos por esses movimentos, ações, publicações, eventos em que cada um é posto em voga e analisado. Também muito utilizado para a captação dos depoimentos no trabalho monográfico, está o livro “A ideologia do Movimento Escola sem Partido”, o qual surgiu diante da coletânea de 17 artigos, realizados por 20 autores e profissionais da educação, que, inconformados com o Projeto de Lei 867/2015 de Izalci Ferreira, enxergaram na publicação sua voz ativa.

Nesse sentido, corrobora o teórico francês de que não há relação de poder sem resistência; toda relação de poder implica, então, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. Cada uma constitui para a outra uma espécie de limite permanente, de ponto de inversão possível. É, portanto, de forma invariável, uma interação recíproca.

Aliás, o que foi possível analisar no movimento pode facilmente ser comparado ao simples exercício de viver em sociedade, vez que diante da lente do filósofo francês, a sociedade “sem relações de poder”, só poderia ser uma abstração<sup>118</sup>.

---

<sup>118</sup> <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.1.htm>. Acesso em 05/10/2017.

Assim, podemos dizer que em relação ao programa Escola sem Partido, os agentes movimentam-se para que suas ideologias e ideias sejam implementadas, com o intento de modificar um contexto pré-existente ou almejado. Ademais, levando-se em consideração o poder como uma ação insidiosa, todos os agentes geram sobre si forças diferentes, criando grupos, páginas na internet, *estratégias de luta*, para que assim, este seja exercido o tempo inteiro, por todos que protagonizam a luta político-ideológica aqui analisada.

Tais relações de poder, portanto, se enraízam não só nas mídias impressas, mas também em um conjunto complexo e vasto das redes sociais e páginas da *internet*, locais onde os argumentos e discursos detêm menos resistência externa e maior facilidade de propagação. Todos estão conectados, a todo o momento, reagindo à realidade, muito embora seja a sua própria.

Assim, concluo o trabalho monográfico analisando o principal objeto de luta, pelo o que pode ser observado e descrito diante das falas desses agentes.

#### **VI.II.II. O poder intrínseco ao objeto de luta e aos agentes dentro de uma disputa argumentativa.**

Para embasar e justificar seus discursos, é possível ser observado ao longo dos argumentos expostos no trabalho monográfico, que o direito positivo detém o papel principal na argumentação daqueles que pretendem defender ou criticar o movimento.

Com o intuito de fundamentar os *deveres do professor*, por exemplo, o programa afirma que tais deveres já existem e não poderiam ser contestados, vez que previstos na Constituição e Convenção Americana sobre os Direitos Humanos. Quanto à liberdade de consciência e crença suscitada para o respeito à religião dos alunos e de seus responsáveis, sem que o conteúdo aprendido nas escolas esteja dissonante, é utilizado o art. 5º, incisos VI e VIII da Constituição Federal.

Versa o dispositivo, que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Atenção especial é requerida pelo inciso VIII, no qual “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa”. Nagib defende que, no ambiente escolar, professores além de não exporem determinadas religiões, acabam por induzir um conteúdo que ameaça a religião de muitos estudantes, tais como questões de gênero e sexualidade. Pautas, que para determinadas organizações religiosas são tidas como prejudiciais e tratadas de maneira muito delicada.

Já os defensores do movimento, inclusive diante de depoimentos acolhidos por jovens entrevistados, acreditam que a escola tem o papel de expor todas as vertentes possíveis e que a educação também engloba pautas controversas, vez que muitos deles não teriam a oportunidade ou acesso a muitos desses assuntos. Ressaltam, também, a importância da informação e do não tabu em respeito ao sexo, gênero, política e religião.

Para cada um desses agentes, o mesmo dispositivo gera interpretações distintas de respeito e conluio ao alinhamento religioso do estudante e seus responsáveis, bem como ao tipo de acesso que os jovens podem ou *devem* ter no ambiente escolar.

Quanto ao princípio da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado, defendida tanto pelo movimento quanto por aqueles que se estabelecem contrários a ele, utilizam-se os agentes dos artigos 1º, inciso V, 5º, caput, 14º, caput, 17º, caput, 19º, 34º, VII, alínea “a” e, por fim, 37º, caput, todos da Constituição. Curioso, novamente, que, muitos desses são utilizados por ambas as partes e ao analisarmos o artigo 19 da CF, por exemplo, em seu texto normativo está expresso:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Rodrigo Ratier demonstra que a obrigatoriedade de que os filhos recebam a educação religiosa e moral de acordo com as convicções de seus responsáveis seria totalmente dissonante ao princípio de laicidade do Estado, e, reforça essa ideia, afirmando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional brasileira também veda qualquer forma de proselitismo. Denise Carreira, também como já analisado no trabalho, afirma que o fato do Estado ser laico representa que as instituições e políticas públicas não podem estar submissas a nenhuma das religiões. E, a partir do momento em que a educação se submete à elas, tem-se na verdade o descumprimento deste princípio.

Além disso, é demonstrado pelo contra movimento, que a grande maioria dos propositores dos Projetos de Lei em acordo com as pautas do Escola sem Partido, são pertencentes à bancada evangélica. Tal realidade traria à tona o que, para esses agentes, é o intuito de que somente uma religião não seja “criticada” e, na verdade, seja ela tida como o modelo no ambiente escolar. Enquanto muitas outras, como as afro-brasileiras ou até mesmo o agnosticismo e ateísmo, sejam anuladas.

Em resposta, o partido alega que não há cunho religioso sendo defendido, e sim que todas as instituições sejam apresentadas e que a necessidade da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado é real, uma vez que o educando é um indivíduo vulnerável, e por ser a parte mais fraca na relação de aprendizado, precisaria desse contexto político-social.

Mais uma vez, princípios da laicidade do Estado e dispositivos que o fundamentam, são utilizados de maneira distintas, de acordo com a construção do discurso a que se pretende, atribuindo-lhes um sentido próprio e pautado nos desejos sócio-políticos de cada um.

Outro dispositivo repetido por ambos os lados nesta disputa argumentativa e muito importante para a análise, é o artigo 206 da Constituição. Localizado à Seção I, intitulada “Da educação” na Carta Magna, descreve:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

[...]

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

Neste dispositivo, estão previstos princípios basilares aos discursos analisados dos agentes. Utilizado principalmente por Nagib e seus defensores como objeto principal em sua luta política, está o inciso II. Enquanto o professor detém a liberdade de ensinar, o discente conserva a liberdade de aprender. Essencial, ainda, para o movimento, é a distinção de liberdade de expressão e liberdade de ensinar, tida como a liberdade de cátedra.

É a partir do artigo 206 que o movimento Escola sem Partido embasa sua ideia de que concomitante à liberdade do professor está a liberdade do aluno. E que, não pode o docente sobrepor esta ao realizar atitudes que configurem como “doutrinação”, nas salas de aula. No exercício de suas funções, teria o professor somente a liberdade cátedra e não a de expressão, e por essa razão foi criado no texto constitucional “a liberdade de ensinar”, distinguindo-se da liberdade de expressão que também aparece na lei maior.

Afirma que, se as duas liberdades possuísem o mesmo sentido, nenhuma razão teria de o legislador distingui-las no texto normativo. Assim, não poderia o profissional, abordar qualquer assunto e da maneira que lhe convém, mas sim, respeitar uma cartilha pré-determinada de tópicos que tenham correlação à sua matéria.

Ao exceder esta cartilha, expondo, por exemplo, sua opinião política ou oferecendo-a como a única possível ao aluno – que, como dito inúmeras vezes – é tido como audiência cativa e influenciável ao movimento, está o docente ultrapassando seu direito e dever constitucional.

No entanto, foi através deste mesmo dispositivo que o projeto foi considerado inconstitucional pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso. Da mesma forma, Denise Carreira afirma que o artigo demonstra que a educação é um direito de todos, além de ser um dever do Estado e por isso não poderia estar regrado diante de desejos sociais particulares. Ou, ainda, para Salomão Ximenes que ao dividir o ensino em formal, não formal e informal, enquadrando as escolas na primeira definição, reitera a necessidade de

autonomia das mesmas como condição fundamental a para construção de ambientes plurais e tolerantes.

Isto posto, o direito positivo e as normas jurídicas comprovadamente servem como instrumento basilar à disputa argumentativa, na qual envolvem-se os agentes em contato com o Escola sem Partido. Mais uma vez, um sentido é atribuído a esse discurso, para que com ele se exerça um poder justificado em instituições legais e previstas. É construído diante da norma imposta, um contexto e conveniência político-social para que seja inegável à adesão, tanto de uma parte quanto à outra. Tais direitos já estariam previstos, e por isso, de difícil e improvável contestação.

### **VI. II. III. Analogias finais ao poder em Foucault para o movimento**

#### **Escola sem Partido.**

Assim, diante de tudo o que nos foi apresentado, levando em consideração as (re)ações dos agentes, seus depoimentos e suas organizações, a primeira e mais importante analogia de poder ao movimento Escola sem Partido que posso realizar, é de que este representa nada mais do que a ação sobre outra ação, o poder que a ação de um sujeito infere a ação de outro e assim o encadeamento de influências. Os debates afluídos, livros publicados, colunas digitais e os grupos formados tanto nas esferas digitais como em movimentações físicas e constantes, representam a ação e reação diante de um movimento primeiro que estava em desacordo ou consoante ao pensamento daquele que agora detém o poder de fala e a necessidade de expor o seu posicionamento.

Como demonstrado, ao passo em que “viver em sociedade é viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros”, o poder existe no ato. O exercício do poder, no movimento, é principalmente aquele ligado à resistência, à ações sobre ações possíveis, operado por um sujeito ativo. Enquanto que, uma parte assume a posição ativa diante de uma interpretação da realidade que não os apetece, outros por não concordarem com esta ela, sentem a necessidade de também agir e contrapor.

Em segundo e terceiro lugar, a própria escola é em si uma instituição capaz de expor uma realidade de funcionamento e exercício do poder em níveis difundidos e ao mesmo tempo fiscalizadores. Ao passo em que o professor exerce poder sobre seus alunos, a instituição

escolar, definida pelo filósofo francês como uma instituição de sequestro<sup>119</sup> com sua própria organização espacial, de regulamento meticuloso e com indivíduos dotados de uma função, lugar e rostos bem definidos – constitui um “bloco” de capacidade-comunicação-poder passível de influenciar e modificar os corpos que ali vivem cotidianamente.

Foucault expressa, nesse sentido, práticas disciplinares de vigilância como uma ação que as institui e as mantém; como o disciplinamento e panoptismo.

O panoptismo, por sua vez, idealizado por Jeremy Bentham no século XIX, é utilizado pelo teórico para mostrar o quão econômica seria a máquina que possibilita poucos fiscalizando eficiente e permanentemente a ação de muitos, não importando se isso daria em uma prisão, hospital, fábrica, asilo ou escola. O que importa é que, em maior ou menor grau, ele de fato logo passou a comandar o funcionamento de tais instituições, qual um denominador comum entre todas elas.

Vê-se na realidade do ESP, que os responsáveis e os próprios estudantes, incubados do poder de denunciar as atitudes e comportamentos do docente, são capazes de, nessa concepção, inverter o papel e exercer sobre o professor poder reativo, configurando a prática de panoptismo descrito também pelo filósofo, a partir de uma fiscalização (e/ou sentimento desta) o tempo inteiro, em uma realidade regida pelo movimento.

Igualmente, importante ressaltar que, assim como toda luta política, pautada em uma disputa argumentativa e da liberdade dos agentes para expressão e exercício de fala - mesmo que muitas vezes diante de posições contextuais assimétricas desenvolvidas pelo próprio exercício do poder – há um objeto principal de luta, utilizado pelos agentes em contato ao

---

<sup>119</sup> Foucault nos demonstra que principalmente no âmbito das instituições de sequestro, intenta-se o disciplinamento para criar corpos dóceis, o qual o objetivo seria o de mobilizar o corpo e retirar-lhe a força para o trabalho. Foi na sua obra *Vigiar e Punir* que o filósofo evidencia como surgiram novas práticas e técnicas de poder que, centradas nos corpos dos indivíduos, implicaram resultados profundos e duradouros até mesmo no âmbito macropolítico. Tais técnicas tomam o corpo de cada um na sua existência espacial e temporal, de modo a ordená-lo em termos de divisão, distribuição, alinhamento, séries (no espaço) e movimento e sequenciação (no tempo), tudo isso submetido a uma vigilância constante. Foucault discorre que as relações de poder postas, seja pelas escolas, prisões, manicômios ou quartéis – as quais o filósofo, mais uma vez, denomina de instituições de sequestro por representarem aquelas capazes de capturar nossos corpos por tempos variáveis e submetê-los a variadas tecnologias de poder – são marcadas justamente pela concepção de disciplina, muito embora esta traga consigo uma maneira específica de punir. É pela disciplina que as relações de poder se tornam facilmente observáveis, pois é por meio dela que se estabelecem as relações de opressor e oprimido, mandante e mandatário e tantas quantas forem as relações que expressem comando e comandados.

movimento que, como demonstrado, é o direito positivo, o qual justifica e o solidifica para uma esfera jurídica e normativa à argumentação.

Dessa forma, concluo que, diante das concepções Foucaultianas explicitadas, bem como dos depoimentos e argumentações apresentadas ao longo de todo o trabalho monográfico, tem-se que, assim como toda relação de poder, o movimento Escola Sem Partido vale da ação de determinados sujeitos sobre outros, para que uma concepção prevaleça diante da outra, bem como de uma ação sobre ações futuras.

Não apenas para os estudantes, os quais viveriam o sentimento de encarceramento típico das instituições de sequestro, tido como sujeitos passivos de uma ordem de poder acima e assim reafirmados pelo movimento como “audiência cativa” e “páginas em branco”, mas também aos professores, sujeitos a permanente vigilância. Já que esses mesmos alunos, agora, seriam sujeitos de poder capazes de reagir às ações dos docentes e, junto aos seus responsáveis, tomarem as “devidas” atitudes para tal.

Assim, a concepção de poder e sua estrutura diante do movimento Escola Sem Partido não só se especializam ainda mais, vez que os indivíduos presentes na escola começam a redefinir seus papéis, como esta concepção de poder ultrapassa a escola, e, como visto, é vivida constantemente por aqueles agentes que defendem a implementação do programa, bem como os que a repudiam em diversas esferas, sejam elas físicas ou digitais.

E através dessa luta político-ideológica apresentada, que os agentes exercem o poder da forma mais clássica concebida pelo filósofo, em que seus discursos e ações servem para agir e reagir nos espaços, de maneira constante e efetiva.

## **VII. CONCLUSÃO**

Tal como fora abordado ao longo da presente monografia, a proposta consistiu em analisar o movimento Escola Sem Partido através de uma lente etnográfica, dissecando os argumentos dos agentes que protagonizam a luta pelo poder político-ideológico intrínseco ao movimento social.

Por mais que o programa se intitule como neutro e apartidário, é notório que carrega ideologias e concepções inerentes, vez que constrói uma voz e pauta a ser seguida. É afirmado por ele, um contexto necessariamente prejudicial nas escolas, o qual merece mudança e por isso



passível de atenção aos estudantes e responsáveis. No entanto, questões normalmente voltadas a uma cartilha política de “esquerda” – por mais que essas definições não sejam tão fáceis de ser atribuídas no contexto político brasileiro – como “ideologia de gênero”, “sexualidade”, “minorias”, são as mais passíveis de críticas e políticas de mudança pelo Escola sem Partido. Dessa forma, foi possível concluir que há, mesmo que nas entrelinhas, uma bipolarização rasamente chamada de conflito de “esquerda” e “direita” para com os agentes do movimento.

No entanto, também foi comprovado ao longo da presente monografia, que muitos desses personagens, inclusive, pautam-se do mesmo argumento para embasar a necessidade da “pluralidade de ideias” no ambiente escolar, bem como a laicidade do estado e a importância da “liberdade de aprender” e “ensinar” dos docentes e discentes.

A liberdade de ensinar, no entanto, aparece de forma distinta ao programa, vez que difere da liberdade de expressão, o que normalmente, não se confirma nos pensamentos dos profissionais da educação. Não deveria ser nenhuma destas reprimidas ou contidas no ambiente escolar e por isso a concepção de censura atribuída ao movimento. No entanto, Nagib e seus defensores afirmam que o docente possui “liberdade de cátedra” e não de expressão quando em exercício de suas funções.

Assim, por mais que todos os agentes analisados aleguem a necessidade do pluralismo de ideias no ambiente escolar, cada um seria exercido de sua maneira, respeitando direitos fundamentais e constitucionais previstos na Constituição e, assim, utilizados em seus discursos.

Diante desse verdadeiro embate e (re)ações, oportunidade em que foi realizada analogia direta aos conceitos de poder em Foucault, pude concluir uma sofisticação nas relações de poder no ambiente escolar, não só para com os professores e seus alunos diretamente, mas também em uma realidade capaz de englobar os genitores ou responsáveis desses alunos, os gestores das escolas, os agentes contra e a favor do movimento e a esfera legislativa e judicial (através dos projetos de lei e notificações extrajudiciais).

Não fora intuito do trabalho monográfico delinear exatamente quais os agentes contra e a favor do movimento, vez que configura uma realidade em constante mudança, resultado de argumentações fervorosas. Mas sim, expor alguns deles e suas respectivas argumentações, capazes de simbolizar, na maioria das vezes, o pensamento de cada lado nesta dicotomia, configurando em micro espaços a ampla e necessária disputa argumentativa.

Dias antes da entrega da presente pesquisa monográfica, está em trâmite no Supremo Tribunal Federal questões como a não anulação da redação do Enem contrária aos direitos humanos, a qual mais uma vez dominou as manchetes dos jornais e páginas digitais, bem como as redes sociais. Em dissonância ao edital do exame nacional, a presidente da Corte, Carmen Lúcia, negou o pedido do governo e da PGR para negá-lo, por alegar que “o desrespeitoso na verdade seria a mordança prévia do opinar e do expressar do estudante”.

O movimento Escola Sem Partido publicou em suas redes sociais que o recurso da associação para suspender a regra da prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio havia sido acolhida pela Justiça Federal. Em contrapartida, o Inep (autarquia que aplica aprova) afirmou que todos os seus atos são balizados pelo respeito irrestrito aos Direitos Humanos, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, consagrada na Constituição Federal Brasileira, e que dependendo da sentença, recorrerá. A presidente da autarquia, Maria Inês Fini afirmou, ainda, que “nenhum educador sério pode ser contra os direitos humanos”, e que faria de tudo para que o critério permanecesse.

Mais uma vez, diante de uma disputa atual e controversa, os dispositivos normativos e constitucionais serviram de base para ambos os lados na disputa.

Ademais, conforme as disputas vão se aprimorando e diversificando, pode ser comprovado que os agentes também estão em constante mudança, e exercendo suas formas de poderes para que cada vez mais o movimento se propague, ou então, seja barrado.

Por mais que, em uma concepção pessoal, acredito ser no mínimo controversa a limitação da opinião dos professores em sala de aula, exercendo sua profissão em condições muitas vezes precárias e insalubres, devemos estar atento a todos os tipos de argumentação e assim, crescer com elas.

Professores que por tanto tempo, passaram por inquisições e censuras possivelmente tendo que, mais uma vez, se limitar a conteúdos específicos ou a concepções pré-estabelecidas parecia-me de antemão prejudicial; luta-se tanto por uma democracia e liberdade de ideias, que chega soar retrógrado um movimento que a demarque novamente.

Mas, analisando as propostas, também pude concluir que é interessante o que o movimento pretende, no entanto, de forma muito mal executada. Como dito por inúmeros docentes, ninguém gostaria ou pretende conceber uma escola em que haja uma doutrinação de

fato, ou então, que se propaguem ideias políticas de maneira hierárquica. Porém, a partir do momento em que se conclui que nem o próprio movimento é muito claro ao definir o que é doutrinação - apenas ditando os comportamentos a serem seguidos - e, que ainda, ao afirmar ser neutro e apartidário toma medidas que muitas vezes contradizem essa afirmação, mais uma vez este enfraquece e perde a credibilidade.

Retorno à minha criança interior citada na introdução. As dúvidas não saciaram, muito pelo contrário, aumentaram. Mas é essencial que estejamos em um ambiente acadêmico discutindo sobre essas questões e que, ainda, tenhamos liberdade para isso. O que nunca vou ter dúvida é de que essencial para uma aprendizagem completa é o senso crítico, o debate, a liberdade (mesmo com tantos significados possíveis a ela).

Esperaremos os próximos capítulos do movimento Escola sem Partido e as consequentes argumentações de seus agentes que ainda serão discutidas, debatidas, televisionadas e digitalizadas; mas com toda a certeza, o que não se pode perder, mais do que nunca, é o diálogo e livre análise como aqui exercido. Avante.

## VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICANOS, Organização dos Estados. PACTO DE SAN JOSÉ DE COSTA RICA. San José: Organização dos Estados Americanos, 1969.

AURÉLIO. **O dicionário da língua portuguesa**. In: doutrina. Coordenação Marina Baird Ferreira – 8 ed. rev. atual. Curitiba: Positivo. 2010. p. 266.

ABRUCIO, Fernando. **Contra Escola Sem Sentido**. In: A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido. 1ª Ed. São Paulo. Ação Educativa. 2016.

BOBBIO, Norberto. Doutrina. In: **Dicionário de Política**. 11ª. ed. Brasília/DF: Unb, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto Lei 4657/42, de 4 de setembro de 1942.

BRASIL. Lei 5172 de 1966, de 25 de Outubro e 1966 - CTN – Código Tributário Nacional.

BRASIL, República Federativa do. **CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1969.

BRASIL, República Federativa do. **DECRETO Nº. 678/92. PROMULGA A CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS DE 22 DE NOVEMBRO DE 1969**. Brasília: Presidência da República, 1992.

CIDH. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr>  
Data de acesso: 16/09/2017

CARREIRA, Denise. **A ideologia do Movimento Escola Sem Partido**. In: No chão da Escola: Conversando com Famílias e Profissionais da Educação sobre o Escola Sem Partido. 1ª Ed. São Paulo. Ação Educativa. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Sujeito e Poder**. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5ª edição. São Paulo/SP. Edições Loyola. 1999.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. 3ª edição. Forense Universitária. São Paulo. 2012.

Frei Betto. **Escola Sem Partido?** In: A ideologia do Movimento Escola Sem Partido. 1ª Ed. São Paulo. Ação Educativa. 2016.

GADOTTI, Moacir. **A Escola Cidadã Frente ao “Escola Sem Partido”**. In: Ideologia do Movimento Escola Sem Partido. 1ª Ed. São Paulo. Ação Educativa. 2016.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: A interpretação das culturas. In: 1ª ed. Rio de Janeiro. LTC. 2008.

GEERTZ, Clifford. **Pessoa, Tempo e Conduta em Bali**. In: A interpretação das culturas. In: 1ª ed. Rio de Janeiro. LTC. 2008

GEERTZ, Clifford. **Um jogo absorvente: Notas sobre a Briga de Galos Balinesa**. In: A interpretação das culturas. In: 1ª ed. Rio de Janeiro. LTC. 2008

MARIA NUNES FERREIRINHA, Isabella e REGINA RAITZ, Tânia. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas**. RAP – Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. Mar/Abr 2010.

MICHAELIS. **O dicionário prático da língua portuguesa** – São Paulo: Editora Melhoramentos. 3ª edição. 2010.

MOURA, Fernanda Pereira de. “ESCOLA SEM PARTIDO”: RELAÇÕES ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E RELIGIÃO E OS IMPACTOS NO ENSINO DE HISTÓRIA — Rio de Janeiro, 2016.

RATIER, Rodrigo. **14 Perguntas e Respostas sobre o “Escola Sem Partido”**. In: A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido. Ação Educativa. 1ª Ed. São Paulo. 2016.

SALÉM VASCONCELOS, Joana. **A escola, o Autoritarismo e a Emancipação**. In: A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido. 1ª Ed. São Paulo. Ação Educativa. 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 2ª ed. Belo Horizonte. Autêntica. 2007

VIRGINIA DE FREITAS, Maria. “**Jovens, Escola Democrática e Proposta do “Escola Sem Partido”**”. In: A ideologia do Movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso/ Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação. São Paulo. Ação Educativa. 2016.

Sites pesquisados:

BARRETO, André. Artigo: “Escola sem Partido” ou educação sem liberdade? **Sindprof**. 2017. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/artigo-escola-sem-partido-ou-educacao-sem-liberdade/>>. Acesso em 03/08/2017.

FRENTE NACIONAL ESCOLA SEM MORDAÇA. O que é a Frente? **Escola sem Mordança**. 2016. Disponível em: <<http://escolasemmordaca.org.br/o-que-e-a-frente/>>. Acesso em: 02/09/2017.

GALINDO, Rogério. Professor não tem liberdade de expressão, e sim de cátedra, diz autor de projeto. **Gazeta do Povo**. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/professor-nao-tem-liberdade-de-expressao-e-sim-de-catedra-diz-autor-de-projeto/>>. Acesso em 05/08/2017.

JUNIOR, Mário. Frente Nacional contra Escola sem Partido nasce sob responsabilidade de impedir retrocessos na Educação Pública. **Escola sem Mordança**. 2016. Disponível em: <<http://escolasemmordaca.org.br/frente-contra-escola-sem-partido-nasce-sob-responsabilidade-de-impedir-retrocessos-na-educacao-publica/>>. Acesso em: 02/10/2017.

LEHMANN, Nelson. A doutrinação nas escolas. **Escola sem Partido**. 2015. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/artigos/173-a-doutrinacao-ideologica-nas-escolas/>>. Acesso em 04/09/2017.

MOURA, Fernanda Pereira de. **Pesquisando o Escola sem Partido**. 2016. Disponível em: <<https://pesquisandoesp.wordpress.com/>>. Acesso em: 01/08/2017.

MORRONE, Beatriz. Entrevista do coordenador do ESP à Revista Época. **Escola sem Partido**. 2014. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/midia-categoria/627-entrevista-do-coordenador-do-esp-a-revista-epoca-02-08-2016/>>. Acesso em: 01/08/2017.

NAGIB, Miguel. Liberdade de ensinar não se confunde com a liberdade de expressão. **Conjur**. 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-jun-24/miguel-nagib-liberdade-ensinar-nao-confunde-expressao/>>. Acesso em: 01/08/2017

NAGIB, Miguel. Anteprojeto de lei Estadual e minuta de justificativa. **Escola sem Partido**. 2014. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/component/content/article/2-uncategorised/484-anteprojeto-de-lei-estadual-e-minuta-de-justificativa%3E/>>. Acesso em: 01/08/2017

NAGIB, Miguel. Planeje sua Denúncia. **Escola sem Partido**. 2014. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/planeje-sua-denuncia/>>. Acesso em: 01/08/2017.

NAGIB, Miguel. Dia histórico: Projeto de Lei que institui o Escola sem Partido é apresentado na Câmara dos Deputados. **Escola sem Partido**. 2015. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/o-papel-do-governo-categoria/539-dia-historico-projeto-de-lei-que-institui-o-programa-escola-sem-partido-e-apresentado-na-camara-dos-deputados/>>. Acesso em 21/07/2017.

NARLOCH, Leandro. A lei do Escola sem Partido é, sim, necessária. **Veja**. 2017. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/a-lei-do-escola-sem-partido-e-sim-necessaria/>>. Acesso em 02/08/2017

PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Vigiando os Projetos de Lei. **Professores Contra o Escola sem Partido**. Disponível em: <<https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/vigiando-os-projetos-de-lei/>>. Acesso em: 08/08/2017.

PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Educadoras, educadores e estudantes contra a censura na educação. **Professores Contra o Escola sem Partido**. Disponível em: <<https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/>>. Acesso em: 08/08/2017.

PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Tabela 1: Panorama do Escola sem partido no Brasil. **Professores Contra o Escola sem Partido**. Disponível em: <<https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2017/11/tabela-1-panorama-do-escola-sem-partido-no-brasil.pdf/>>. Acesso em: 10/08/2017.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. Folder: Perguntas e Respostas. **Escola sem Partido**. 2014. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/images/flder.pdf/>>. Acesso em: 02/08/2017

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO: **Apresentação**. Escola sem Partido. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/apresentação/>>. Acesso em: 02/08/2017.

RESENDE, Leandro. “Escola sem Partido” quer fim da “doutrinação de esquerda”. **O dia**. 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-09-06/escola-sem-partido-quer-fim-da-doutrinacao-de-esquerda.html/>>. Acesso em 04/08/2017.

ZINET, Caio. Polêmico, projeto Escola sem Partido tramita em 5 estados, 8 capitais, DF. **Educação integral**. 2016. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/reportagens/polemico-projeto-do-escola-sem-partido-tramita-em-10-estados-9-capitais-df/>>. Acesso em 20/07/2017.